

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

PATRÍCIA CRISTINA NASCIMENTO

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER:
Serviço Social no Espaço do CEVIC**

FLORIANÓPOLIS

2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER:
Serviço Social no Espaço do CEVIC**


Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depfo. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 06/12/04

FLORIANÓPOLIS

2004

PATRÍCIA CRISTINA NASCIMENTO

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER:
Serviço Social no Espaço do CEVIC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, ao Departamento de Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Catarina, pela acadêmica Patrícia Cristina Nascimento, sob orientação da professora Viviane Bergler Fernandes.

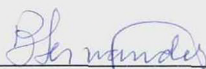
FLORIANÓPOLIS

2004

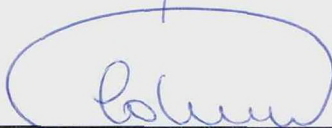
PATRÍCIA CRISTINA NASCIMENTO

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER:
Serviço Social no Espaço do CEVIC**

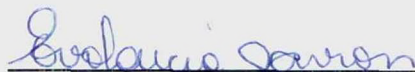
Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.



Viviane Bergler Fernandes



Carolina da Silva Holler



Eva Lúcia Gravon

Florianópolis, dezembro de 2004.

AGRADECIMENTOS

A **DEUS**, pela vida e por ter me dado os presentes mais preciosos que recebi nesta vida: a minha **FAMÍLIA** e **O MEU GRANDE AMOR**.

À professora Viviane Bergler Fernandes, pela dedicação na orientação do Trabalho de Conclusão de Curso.

À professora Tereza Kebla, por suas orientações iniciais no Trabalho de Conclusão de Curso.

Às amigas do Curso, Jaqueline e Alice, pelos momentos que passamos juntas e pela força que deram na escolha de meu tema.

À amiga Karina, por ter me indicado o CEVIC, local do estudo de minha pesquisa.

À Júlia Knabben, por ter me fornecido material sobre a temática desenvolvida e por suas dicas que contribuíram muito para construção desse trabalho.

Ao amigo Ângelo, que trocou informações e idéias sobre o tema que escolhi.

À minha amiga Eva, que me forneceu material para meus estudos e por sua força durante o processo de construção do trabalho, por suas informações e sua paciência para me entender.

À minha amiga Elba, pela força e carinho que me dispensou.

Sou grata ao CEVIC e todos aqueles envolvidos no meu aprendizado, por terem me recebido de forma agradável.

À Fernanda, assistente social do Hospital Regional, que muito contribuiu para minha postura profissional.

À todos, colegas ou não, que não foram citados, mas que contribuíram direta ou indiretamente no desenvolvimento deste trabalho, na minha formação pessoal e profissional.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
1 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
1.1 Caracterização da Violência	08
1.2 Gênero e Violência	09
1.3 Violência Doméstica Contra a Mulher	13
1.4 Políticas e Serviços de Atendimento para o Enfrentamento da Violência Doméstica Contra a Mulher	25
2 O SERVIÇO SOCIAL NO CEVIC FRENTE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	
2.1 CEVIC: O Contexto Institucional do Estudo	32
2.2 Caracterização das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e dos agressores atendidos pelo CEVIC	39
2.3 Principais Motivos que as Mulheres Atendidas Apontam como Desencadeadores da Violência	47
2.3.1 Ciúme	48
2.3.2 Negligência no cumprimento das tarefas domésticas	49
2.3.3 Falta de comunicação	50
2.3.4 A utilização do álcool	51
2.4 Fatores Determinantes que Levam as Mulheres a se Sujeitarem à Violência Doméstica	51
2.5 Intervenção da Categoria do Serviço Social na Prevenção e no Combate à Violência Doméstica Contra a Mulher	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
ANEXOS	64

APRESENTAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é fruto de um estudo realizado no período de agosto a novembro de 2004, no Centro de Atendimento Vítimas de Crime (CEVIC).

A escolha da temática da monografia surgiu a partir do convívio com mulheres violentadas pelos companheiros, atendidas pelo Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes – HRSJHMG, no período de março a julho de 2004, onde se realizou o estágio curricular obrigatório. Através da escuta das mulheres, durante o acompanhamento nos leitos, foi possível observar que algumas só relatavam sua situação quando questionadas sobre seu relacionamento conjugal e no momento em que se sentiam seguras para conversar sobre a violência vivenciada.

Os relatos eram dados com muita insegurança e medo, pois algumas alegavam a falta de apoio da família para sair da situação violenta que se encontravam. Muitas ficavam desconfiadas, com receio de falar alguma coisa sobre seu companheiro, as mesmas tinham medo de perder a guarda dos filhos, por isso sujeitavam-se a tal situação. Foi a vivência com essas mulheres, em uma instituição como CEVIC, o que impulsionou um estudo um pouco mais aprofundado.

A violência doméstica contra a mulher consiste em um dos principais indicadores da violência de gênero. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2002), em oito países, demonstrou-se que as mulheres que sofrem violência estão na faixa etária entre 15 a 49 anos. No Brasil, o estudo foi realizado em São Paulo e na zona da mata de Pernambuco. Nesses municípios, 29% das mulheres relatam violência física e/ou sexual por parte do companheiro. Em Pernambuco, 34% das mulheres narraram algum episódio de violência cometido pelo parceiro ou ex-parceiro. Dentre as mulheres agredidas, foram relatados problemas de saúde: dores ou desconforto severo, problemas de concentração e tontura. Nesse grupo, também foi mais comum a tentativa de suicídio e maior frequência do uso do álcool. Os dados dessa pesquisa confirmam

que a violência sexual e/ou doméstica é um grave problema de saúde pública, portanto uma questão social.

Como observamos, há um número bem maior de ameaças e lesões corporais do que o próprio estupro. Devido tal problemática, várias entidades que se identificam com a temática da violência doméstica contra a mulher vêm se mobilizando, discutindo, para prevenir e combater esta questão social.

Salientamos que o presente estudo será apenas um recorte diante das múltiplas questões que envolvem a violência contra a mulher. O trabalho está composto de duas partes. No primeiro capítulo, intitulado "Violência contra a mulher", procuramos caracterizar a violência em seu contexto social. Posteriormente, propomo-nos mostrar a questão à luz dos estudos de gênero, em que a agressão contra a mulher é considerada violência de gênero, conforme a posição de alguns autores.

Abordaremos, ainda neste capítulo, a violência doméstica contra a mulher dentro do contexto conjugal, e apontaremos as políticas e os serviços de atendimento no âmbito nacional para o enfrentamento do assunto.

No segundo capítulo, discorreremos sobre o Serviço Social no CEVIC frente à violência doméstica contra a mulher. Será, então, apresentado o CEVIC, o contexto institucional do estudo. Apresentaremos, também, a caracterização das vítimas e dos agressores, assim como, os principais motivos que as mulheres atendidas apontam como desencadeadores das agressividades. De igual maneira, indicaremos os determinantes que as levam a sujeitarem-se à violência doméstica. E, para finalizar, apontamos as propostas da categoria do Serviço Social na prevenção e no combate a essa forma de agressão.

Para chegar ao resultado desse estudo utilizamos três tipos de aproximação com as mulheres vítimas de violência doméstica. A primeira aproximação se armou de estudos realizados em livros sobre a temática, através de uma pesquisa bibliográfica.

A segunda aproximação consistiu no estudo documental feito a partir dos processos das mulheres vítimas de violência conjugal, buscando-se a realidade social em que se encontram, através de dados quantitativos como idade, estado civil, profissão, número de filhos, etc.

A terceira aproximação realizou-se por meio da observação do atendimento a essas mulheres e, igualmente, de entrevistas dirigidas com três vítimas de violência doméstica. O critério adotado, a partir de dados qualitativos, para a escolha das mulheres, contemplou aquelas que, sendo casadas judicialmente ou mantendo uma união estável¹, sofriam violência doméstica física, psicológica ou sexual. Segundo Bogdan (1999 apud GODOY, 1995 apud ADÃO, 2000), as características básicas que a pesquisa qualitativa possui são: o ambiente natural, como fonte direta de dados, e o pesquisador, como instrumento fundamental. É uma modalidade de pesquisa descritiva e os significados que as pessoas dão às coisas e à sua vida, são preocupações essenciais da investigação, quer dizer, o interesse do pesquisador vem a ser com o processo e não tão somente com os resultados; e também, segundo Minayo (1999 apud ADÃO, 2000), responde a questões muito particulares, ou seja, "trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis".

— Utilizamos a entrevista semi-estruturada, realizada através de perguntas abertas e/ou fechadas, onde o rumo da conversa se deu de acordo com as revelações feitas pelas entrevistadas.

¹ No Novo Código Civil a união estável é definida no art. 1.273, que considera união estável a entidade familiar "configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família".

Assim, outras perguntas podem surgir a partir dessas revelações. O objetivo da entrevista, assim como a observação do atendimento realizado com as mulheres, foi identificar os principais motivos que elas mesmas apontam como desencadeadores e determinantes que as levam a se sujeitarem à violência.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa foi demonstrar a importância do Serviço Social na implementação de políticas públicas de atendimento às mulheres que sofrem violência, na perspectiva da conquista de sua autonomia e cidadania. Nas considerações finais, faremos algumas propostas de trabalho profissional, no anseio de contribuir para conscientização das pessoas, e preveni-las, no que se refere à violência doméstica contra a mulher.

1 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

1.1 Caracterização da Violência

De modo geral, violência defini-se como sendo o uso de palavras ou ações que machucam as pessoas, também, o abuso do poder, assim como o uso da força que resulta em ferimentos, sofrimento, tortura ou morte.

A violência caracteriza-se como uma questão social grave e delicada, presente tanto nos países desenvolvidos, como nos países subdesenvolvidos. Além do mais, esteve presente em todos os períodos de nossa história. Pode ser física, psicológica, sexual, urbana, institucional, intrafamiliar, de trânsito, enfim, pode desencadear-se de diversas maneiras.

Para Viela (1977 apud AZEVEDO, 1985, p. 19):

Violência é toda iniciativa que procura exercer coação sobre a liberdade de alguém, que tenta impedir-lhe a liberdade de reflexão, de julgamento, dedicação e que, termina por rebaixar alguém a nível de meio ou instrumento num projeto, que a absorve e engloba, sem trata-lo como parceiro livre e igual. A violência é uma tentativa de diminuir alguém, de constranger alguém a renegar-se a si mesmo, a resignar-se à situação que lhe é proposta, a renunciar a toda a luta, abdicar de si.

Há vários motivos como: pobreza, miséria, desigualdade, desemprego, discriminação, entre outros, que podem contribuir para o desenvolvimento de atos agressivos entre as pessoas. Contudo, a violência não está associada à classe subalterna, marginalizada, como muitos pensam, mas aparece em todas as camadas sociais, idades, sexos, raças, etnias, religiões, etc.

Para Chauí (1985 apud AZEVEDO, 1985, p. 18),

[...] violência é uma realização determinada das relações de força tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de

tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considera-las sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade ou a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

A violência nem sempre se caracteriza por agressões físicas, pode se caracterizar pela dominação de uma classe sobre a outra, de uma pessoa contra outra, ou seja, impedir alguém de se expressar e tomar suas próprias decisões, por considerá-lo inferior intelectualmente ou socialmente, é violência.

Para Teles e Melo (2003, p.15),

Violência se caracteriza pelo uso da força, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, e tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo a sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano.

A Violência muitas vezes é utilizada de forma sutil, ou seja, aquele que agredi toma um certo cuidado para dominar o estado emocional do outro, deixando o mesmo sempre em alerta, com medo do que possa acontecer se tiver alguma reação contrariando o agressor.

1.2 Gênero e Violência

O conceito de gênero foi trabalhado, inicialmente, pela antropologia e pela psicanálise, situando a construção das relações de gênero na definição das identidades feminina e masculina, como base para a existência de papéis sociais distintos e hierárquicos (desiguais) (FARIA, 1997).

O contexto histórico da categoria gênero está ligado ao Movimento Feminista e à produção de conhecimento. Até a década de 1970, ouvia-se falar mais sobre estudos feministas ou estudos da mulher. A partir dessa data, no Brasil, o movimento feminista passou a ter significativa inclusão no espaço público, a fazer exigências e reivindicações políticas – época da ditadura militar (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, 2003).

No período entre 1985 e 1990, a categoria gênero passou a ser utilizada de forma mais sistemática, entre as estudiosas aqui no Brasil, para destacar a construção social e histórica realizada sobre as características biológicas de uma determinada pessoa (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, 2003).

O conceito passa a ser utilizado de forma relacional, ou seja, os estudos feministas que enfocavam só as mulheres, agora, passam a reportar-se de forma explícita a homens e mulheres, passando a chamarem-se estudos de gênero ou das relações de gênero (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, 2003).

Segundo Faria (1997), esse conceito coloca claramente o ser mulher e o ser homem como uma construção singular, a partir do que é estabelecido, simbolicamente, como feminino e masculino, bem como dos papéis sociais destinados a cada um, no interior da sociedade.

De acordo com o Conselho Regional de Serviço Social (2003), os papéis de gênero são comportamentos específicos, associados a homens e mulheres, os quais mudam de cultura para cultura. Já identidade de gênero seria um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino. Esse núcleo de nossa identidade de gênero se constrói, em nossa socialização, a partir do momento em que nascemos e somos rotulados como menino ou menina.

Gênero é entendido, pois, como a forma social como cada sexo recebe conotações específicas em termos de valores e normas. É uma aquisição obtida no decurso do processo

comunitário que prepara os sujeitos para desempenhar condutas conforme sua natureza biológica (CARDOSO, 1997).

Para Brasil (1995), gênero, em um aspecto geral, é um termo que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, que não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico.

De acordo com Scott (1995), a utilização da palavra gênero está, igualmente, para além da questão biológica. Sendo uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres, o uso de gênero dá ênfase a todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado por ele, nem determina diretamente a sexualidade.

Segundo Teles e Melo (2003), a violência de gênero pode ser compreendida como “violência contra a mulher”, expressão trazida à tona pelo movimento feminista nos anos 70, por ser esta o alvo principal da violência de gênero. Enfim, são usadas várias expressões e todas elas podem ser sinônimos de violência contra a mulher.

Ainda hoje em muitos países, as mulheres são submetidas a atos abusivos. Isso é considerado uma questão cultural, sendo que muitas delas acabam morrendo em consequência de tal agressividade, das mutilações que estas sofrem em seus corpos. Estudos realizados em países como Bangladesh, Camboja, Índia, México, Papua Nova Guiné, Tanzânia e Zimbábue, constataram que a violência é freqüentemente vista como uma punição física, ou seja, é um direito do marido de "corrigir" uma mulher que cometeu uma transgressão.

A violência de gênero é universal, não sendo restrita a uma determinada classe social, área geográfica ou determinado jeito de ser mulher, de acordo com certos contextos sociais e culturais e o envolvimento de classe, etnia e geração (CORDEIRO, 1995 apud SOUZA, 2002).

Para Romani (in: LUZ org., 1982, p. 67):

O processo de socialização que leva à internalização dos espaços que circunscrevem o masculino e o feminino tem início na infância onde, como diz Simone de Beauvoir², os meninos tornam-se crianças e as meninas mulherzinhas. De fato, a entrada do menino no mundo adulto, onde desempenhará atividades no âmbito doméstico, tem fronteiras bem mais demarcadas do que a entrada da menina. Esta desde pequena, aprende a ser o que “será” quando crescer, aprende a ser mulherzinha, a fazer comidinha, a trocar a fralda da boneca e é, de fato requisitada a ajudar a mãe nestas tarefas, a diferença do menino. Os brinquedos infantis expressam claramente as esferas assignadas a cada sexo. Fogões, vassouras e panelinhas se opõem a carros, aviões, pipas, revolveres.

A socialização primária, aquela que ocorre no âmbito familiar pelos pais, é o primeiro aprendizado de meninos e meninas. É nesta relação que será construída a identidade de futuros homens e mulheres, sendo assim, se a criação for diferenciada na infância, onde o menino aprende a ser forte, corajoso e que não pode chorar, e a menina aprende a ser sensível delicada e prezada, isso vai levar uma submissão da mulher ao homem. O homem, portanto, será sempre mais agressivo que a mulher, também pode ocorrer o contrário, vai depender da educação recebida.

Para Teles e Melo (2003, p.18):

A definição de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçado pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. Ou seja, não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis submissos as mulheres. Os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a idéia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir vir das mulheres.

A identidade de gênero é modelada por intensidades sociais complexas e dinâmicas, expressando as oposições das relações de poder de classe, de sexo, de raça. Ela é, assim, parte

do discurso político de uma sociedade. Torna-se, portanto, necessário que as ciências sociais incorporem a noção de assimetria sexual, a fim de que avancemos na compreensão das formas como esta se processa e se reproduz em sociedades históricas concretas. Por ser um fenômeno social, tal assimetria é objetivo das ciências sociais. Objeto tanto desafiante quanto complexo, na medida em que a questão da identidade de gênero admitiria um elemento universalizante: na avaliação cultural do homem e da mulher o feminino parece ter sido, sempre, o menos valorizado (ROMANI, in: LUZ org., 1982, p. 70).

A violência de gênero é conhecida também como violência contra a mulher, acontece no mundo inteiro e atinge as mulheres em todas as idades, graus de instrução, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual. Em seus aspectos de violência física, sexual e psicológica, é um problema que está ligado ao poder, onde, de um lado, impera o domínio dos homens sobre as mulheres, e, de outro lado, uma ideologia dominante, que lhe dá sustentação (PROGRAMA DE PREVENÇÃO, ASSISTÊNCIA E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER, 2003).

As formas de violência de gênero se caracterizam pelas desigualdades salariais; assédio sexual no trabalho; o uso do corpo da mulher como objeto, como, por exemplo, nas campanhas publicitárias; o tratamento desumano que muitas recebem nos serviços de saúde. Todas representam uma violação aos direitos humanos e atingem a cidadania das mulheres.

1.3 Violência Doméstica Contra a Mulher

A violência doméstica não é plenamente visível, e, muitas vezes, é desconsiderada como crime tanto pelo âmbito social, quanto pelo jurídico. Nesse sentido, o Poder Judiciário aparenta estar imerso no que há de mais retrógrado e conservador. Quando a sociedade é discriminatória, a

Justiça tende a ser, não raro, ainda mais. Realidade que se visualiza com muita nitidez no âmbito da violência contra a mulher. Normalmente a sociedade e o Judiciário acabam privilegiando mais a família, prezam a preservação da entidade familiar. Há, assim, uma verdadeira sacralização do conceito de família como sendo o reduto social mais significativo. A cruel consequência é que não se pune a violência doméstica somente para preservar a entidade familiar, ou seja, a tendência é não tirar o homem do lar, não punir o agressor a fim de não desestruturar a família. No entanto, quem paga o preço é a mulher, seu corpo, sua integridade física e psicológica. É a solução perversa, pois a mulher acaba sendo a grande vítima dos delitos domésticos (SOUZA, 2002).

A violência contra a mulher permanece oculta, pela vergonha de denunciar, pela falta de acesso às informações jurídicas, pelo descaso das autoridades, pela inexistência de políticas públicas que atenda suas necessidades, pela falta de capacitação das pessoas que as atendem. Segundo Langley e Levy (1980), quando as mulheres optam por ocultar a violência, quase sempre os motivos que as levam a isso é: uma auto-imagem fraca; achar que o marido vai mudar; as dificuldades econômicas; a necessidade de apoio econômico do marido para os filhos; as dúvidas sobre se podem viver sozinhas; a crença de que o divórcio é algo como um estigma e o fato de acharem que é difícil para uma mulher com filhos arranjar trabalho.

São vários os fatores que colocam as mulheres em posições de submissão aos homens. A educação recebida quando pequena já é diferenciada, as mulheres foram criadas para serem frágeis, boas donas de casa, criarem os filhos e cuidarem do marido. Já o homem, deve ser forte, provedor da família, respeitado por sua esposa. A submissão da mulher aos atos violentos do homem não é de agora e sim de séculos, haja vista que sempre foram educadas para servir o marido, para cuidar da casa e dos filhos.

Os homens, desde cedo, são programados para responder às expectativas sociais, para serem competitivos, agressivos, assumindo posturas arrebatadas ou auto-destrutivas. A noção de que o menino tem que ser "macho", viril, competitivo, desenvolve-se de diferentes maneiras e em diferentes lugares: nas brincadeiras infantis, na mídia segmentada por idade e sexo, nas ruas, escolas, casas, bares, quartéis, prisões, na guerra, etc. Ou seja, são socializados para reprimir suas emoções, sendo a raiva, e inclusive a violência física, formas socialmente aceitas como expressões masculinas de sentimentos e demonstração de poder (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, 2003).

A violência manifesta-se através da força, a mesma pode estar presente tanto nas classes sociais, quanto nos relacionamentos interpessoais. Estas relações de força têm como objetivo a imposição de dominação, ou seja, de poder, que visa coagir o outro à realização da sua vontade, ao respeito das suas regras, retirando-lhe a capacidade de expressão e decisão. E tais imposições e opressões talvez sejam o retrato mais verdadeiro da violência, fenômeno que permanece praticamente invisível, por ser pouco divulgado. Ainda hoje, a violência contra a mulher, mais especificamente a violência doméstica, geralmente é vista como um problema particular, íntimo do casal, e não como um problema social.

Barros (1999) afirma que, nos casos de violência física, agressão contra a mulher, em sua maioria, não é feita a ocorrência, por pressão familiar, para evitar escândalos, para a acomodação do conflito, especialmente nas brigas de casais, principalmente quando não é a primeira briga. Em um próximo acontecimento, começa a se imputar responsabilidades sobre a mulher, como se ela tivesse merecido ser agredida; o momento de revolta é sempre por parte da família da mulher, pois não é aceitável ver a mãe, filha ou irmã sendo agredida, e quando o fato para a mulher já está implícito em seu convívio, ela mesma acoberta dizendo que "ele é assim mesmo, foi criado

assim", ou "pior seria sem ele"; em alguns casos ele, "o marido" é quem traz o sustento para casa, o que a faz passar de vítima a reprodutora da violência.

A sociedade mais tradicional, no assunto das repreensões masculinas sobre a mulher, aceita e glorifica a força física e verbal usada nas circunstâncias "certas" do marido contra sua esposa. Sendo assim, a violência doméstica passa a fazer parte do cotidiano das relações conjugais, não configurando qualquer abuso, mas simples uso legítimo da autoridade marital.

Conforme Barros (1999), a naturalização e a banalização da violência no cotidiano feminino dá-se num esquema sutil de dominação, seja psicológica ou física, o que cria um obstáculo para o reconhecimento dos fatos. É como se esta fosse uma realidade natural e necessária e seus desdobramentos, comuns e cotidianos. Essas situações de violência refletem um limite de coação e desestruturação psicológica da mulher, inferiorizando o seu papel dentro da família, mudando o sentido das relações sociais que já havia sido construído no seu cotidiano, passando a tratar o que é imposto, dominador e violento, como naturalidades.

Em 1993, a Assembléia Geral das Nações Unidas (apud POPULATION REPORTS, 1999) introduziu a primeira definição oficial deste tipo de violência quando adotou a "Declaração para Eliminação da Violência Contra as Mulheres". De acordo com o Artigo 1º desta declaração, a violência contra as mulheres inclui:

Qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer isto ocorra em público ou na vida privada.

A violência doméstica é considerada pela Constituição Federal de 1988, que diz, em seu parágrafo 8º, art. 226: "O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações".

Pela Constituição, todos têm direito a proteção e se não for garantida pela família, pelos membros que compõem a mesma, o indivíduo tem seu direito garantido pela lei, ou seja, pelo Estado. Porém, nem sempre isso é realidade, como muitas vezes não ocorre a denúncia, a vítima fica desprotegida, ao não procurar valer seus direitos como cidadã.

O ambiente familiar pode ser um local propício, pois, por ser um local privado, dificilmente alguém interfere nas brigas conjugais, chegam a utilizar chavões como: "briga de marido e mulher, ninguém mete a colher" e muitas vezes as vítimas não denunciam o seu marido/companheiro, agravando ainda mais a sua situação e privilegiando o agressor que fica protegido e impune. Então, a casa que deveria ser um local seguro, para proteger os membros da família, torna-se local de sofrimento, de privação, para as mulheres.

A residência, por ser um espaço privado, familiar, que se deveria constituir no refúgio de paz das famílias é, por excelência, o espaço em que a violência doméstica e sexual tem o seu ponto **mais alto** de incidência. Perpetradores ou agentes do abuso sexual na maioria absoluta dos casos são maridos, companheiros, pais, padrastos, tios, ou outros membros próximos da família. (PROGRAMA DE PREVENÇÃO, ASSISTÊNCIA E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER, 2003).

O Código Penal Brasileiro, de 1940, prevê punição para as violências físicas contra a mulher, nos artigos 129 (agressão ou lesão corporais), nos artigos 121 (homicídio), no artigo 122 (instigação ao suicídio). Entretanto, na prática, as penas ou são muito pequenas ou quando aplicadas, ou com muitos atenuantes.

De acordo com as diretrizes dos Direitos Humanos (1948), Art. XXI, inciso III: a família é o **núcleo natural e fundamental da sociedade** e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

O Estado deveria assegurar a proteção de qualquer pessoa dentro da sociedade e principalmente no ambiente familiar. Mas, sua intervenção não é efetiva, freqüentemente

contribui menos para a segurança das vítimas de violência doméstica do que para impunidade do agressor.

Como bem sabemos, nem todas as vítimas procuram seus direitos. Além disso, as políticas públicas existentes para o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica são precárias e não atende a toda demanda.

A violência conjugal contra as mulheres manifesta a demonstração de poder dos homens e a idéia de que as mulheres são objeto de posse. É uma forma de reproduzir e manter o machismo e de dizer o tempo todo que a mulher é inferior.

A violência doméstica contra a mulher está dividida de três formas:

- Violência física: toma forma quando o homem esbofeteia, belisca, morde, dá socos, pontapés, espanca, maltrata, esfaqueia, alveja a tiros e até mesmo mata a mulher;
- Violência psicológica: quando o homem insulta a mulher, critica-a sempre, calúnia e difama, grita com ela, desvaloriza seus trabalhos e a faz viver com sentimento de culpa e inferioridade;
- Violência sexual: quando o homem obriga a mulher a ter relações sexuais, com ele ou com outros, ou força a prática sexuais que não a agradam.

A violência física é a mais percebida, dentre todas as supracitadas. Quando cometida contra a mulher, deixa traumas e abala emocionalmente a vítima, geralmente desponta acompanhada da violência psicológica. A mesma é mais fácil de denunciá-la, pois deixa marcas visíveis no corpo da mulher.

Já a violência psicológica dificilmente vem a ser percebida, uma vez que não deixa marcas visíveis no corpo. Refere-se a ações ou omissões que visam degradar, dominar, humilhar outra pessoa, controlando seus atos, comportamentos, crenças e decisões. Utiliza-se de intimidações e

ameaças que impedem ou prejudicam o exercício da autodeterminação e desenvolvimento pessoal. Este tipo de violência dificilmente é denunciada.

A violência sexual, por sua vez, apesar de deixar marcas visíveis, não é considerada estupro quando o agressor é o marido ou companheiro da vítima. Na maioria dos casos, esse tipo de violência é aceitável pela sociedade civil e muitas vezes pelas próprias mulheres. A violência sexual conjugal nunca acontece sozinha, ou seja, vem sempre acompanhada da violência física ou psicológica, ou ainda as duas ao mesmo tempo.

No Art. 213 do Código Penal Brasileiro de 1940, estupro significa constranger a mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. No caso de mulheres casadas, que foram obrigadas a ter relações com o marido, o estupro não é considerado, pois a lei prevê como um dever da mulher casada o mantimento da relação íntima com o marido. A violência sexual só é considerada um ato violento quando praticada por estranhos ao contrato matrimonial, sendo aceita como normal quando ocorre no seio do casamento. Na França, o ato sexual praticado pelo casal sem o consentimento da mulher condiz com crime de estupro desde 1980 (SAFFIOTI, 2002).

Segundo a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (2003), a mulher violentada nem sempre vive com essa situação continuamente, ou seja, há períodos muito ruins no seu relacionamento conjugal, mas também há períodos harmoniosos, de muito carinho e amor. São nestes momentos que elas acabam dando uma chance para o companheiro, vindo a desistir do inquérito policial. As mesmas acreditam que o companheiro só a violentou por estar bêbado, drogado, com problemas no serviço, por dificuldades financeiras e que, quando ele não se encontra nesta situação, é um homem muito bom, bom pai, bom marido. A violência segue um ciclo que se caracteriza por três fases:

1º fase: Criação da tensão

O que constitui a primeira fase envolve um aumento gradual da tensão, e pode durar de alguns dias até um período de anos. Esta fase se caracteriza por xingamentos, crítica constante, ataques verbais, humilhação psicológica, e pequenos incidentes de agressão física, como esbofetear. Vale ressaltar que a primeira fase se caracteriza como violência psicológica contra a mulher. Além disso:

- A mulher está atenta quanto há uma mudança no comportamento e na atitude de seu companheiro;
- O agressor torna-se progressivamente agitado e raivoso;
- A mulher demonstra precaução extrema com relação ao seu companheiro. Nega que o abuso esteja acontecendo e tenta controlar a situação, assegurando que as refeições estejam sendo preparadas, que a casa esteja bem cuidada e os filhos tenham um bom comportamento;
- Um pequeno incidente de violência ocorrerá;
- A mulher procura justificar a agressão;
- O agressor sabe que o comportamento dele está errado e teme que sua companheira o abandone;
- A mulher, inadvertidamente, reforça os temores do agressor, retraindo-se para não provocá-lo;
- A tensão fica insuportável entre o agressor e sua companheira.

Estas expressões de tensão, hostilidade e descontentamento invariavelmente conduzem à segunda fase.

2º fase: O ato da violência

Esta fase é mais curta que a primeira fase e a terceira fase, e normalmente dura de duas a quarenta e oito horas. Nesta fase, a mulher sofre danos físicos mais sérios.

- A mulher pode, consciente ou inconscientemente, provocar o incidente da agressão por não tolerar mais o terror, a raiva ou a ansiedade que sente, e porque está ansiosa para passar à terceira fase;
- A mulher consegue recordar, freqüentemente, em detalhes, a segunda fase, enquanto que o homem não consegue;
- A mulher faz o que pode para evitar a segunda fase;
- O agressor parece saber como prolongar a violência em sua companheira, sem matá-la;
- O agressor pode acordar a mulher para bater nela;
- A mulher provavelmente negará a seriedade dos danos que sofreu para acalmar o agressor e, inconscientemente, assegura o término da segunda fase.

3º fase: fase amorosa, tranqüila (lua de mel)

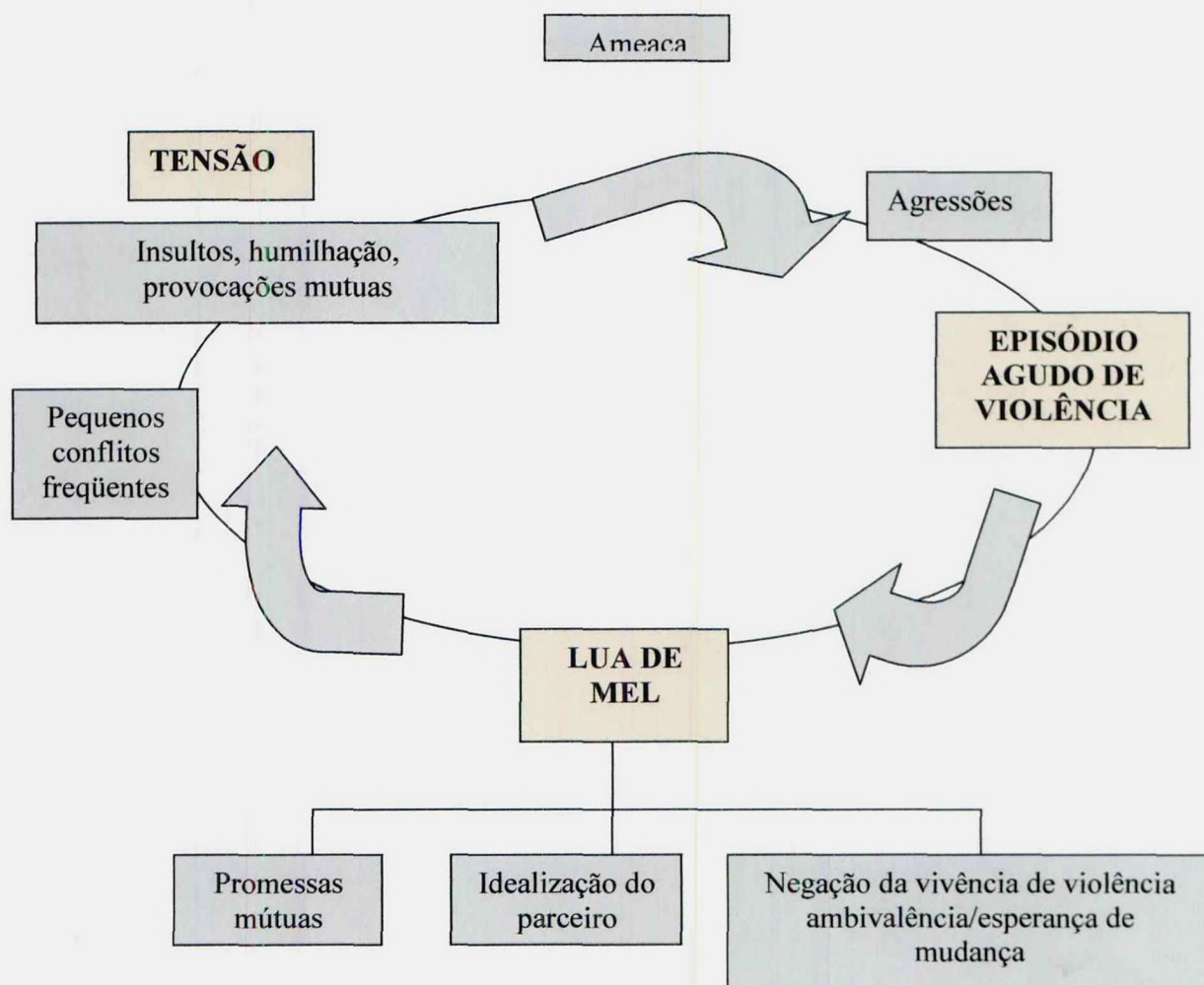
O agressor mostra-se arrependido com o comportamento que teve e age de forma humilde e amorosa, procurando se desculpar. Ele pode encher a mulher de presentes e desculpas e prometerá não atacá-la novamente. O comportamento amoroso dele reforça na mulher a esperança de que ele mudará. Isto normalmente encoraja a mulher a manter sua relação de vida matrimonial. Mas, às vezes, não há nenhum comportamento amoroso na terceira fase, apenas ausência da violência.

- O agressor e a mulher aceitam de bom grado esta fase;
- O agressor se mostra encantado e manipulável;
- O agressor acredita que pode se controlar e nunca mais agredir a mulher;
- A mulher quer acreditar nele e se convence de que a intenção dele é verdadeira;

- A mulher recorda, pelo menos tem uma pequena lembrança, do amor que nutriu por ele no início de seu relacionamento;
- O agressor se mostra carente – não pode viver sem a mulher;
- A mulher sente-se responsável pelo homem;
- O agressor é freqüentemente muito generoso, rodeando a mulher de presentes;
- É durante esta fase que a probabilidade da mulher fugir é menor.

A terceira fase traz de volta a tensão, que provoca a primeira fase. O ciclo de violência começa novamente.

O ciclo da violência pode ser representado da seguinte forma:



Resumidamente, iremos mostrar um quadro, apresentado pela revista Population Reports (1994), a respeito das conseqüências da violência sobre a saúde das mulheres.

Abuso pelo parceiro			
Conseqüências fatais	Conseqüências não fatais		
Homicídio - Suicídio - Mortalidade maternal - Relacionadas à AIDS	Saúde Física	Excesso Alimentar	Saúde mental
	- Lesões	- Síndrome de dor crônica	- Estresse pós - traumático
	- Deficiência funcional	- Síndrome do intestino irritável	- Depressão
	- Sintomas físicos	- Distúrbios gastrointestinais	- Ansiedade
	- Saúde subjetiva deficiente	- Doenças somáticas	- Fobias/síndrome do pânico
	- Invalidez	- Fibromialgia	- Distúrbios alimentares
	- Invalidez permanente	- Saúde Reprodutiva	- Disfunção sexual
	- Obesidade grave	- Gravidez indesejada	- Baixa auto-estima
	Comportamentos Negativos para a Saúde	- HIV	- Abuso de substâncias
	- Fumo	- Distúrbios ginecológicos	
	- Consumo abusivo de álcool e drogas	- Aborto inseguro	
	- Comportamento sexual de risco	- Complicações da gravidez	
	- Inatividade física	- Aborto espontânea/ baixo peso ao nascer	
		- Doença inflamatória pélvica	

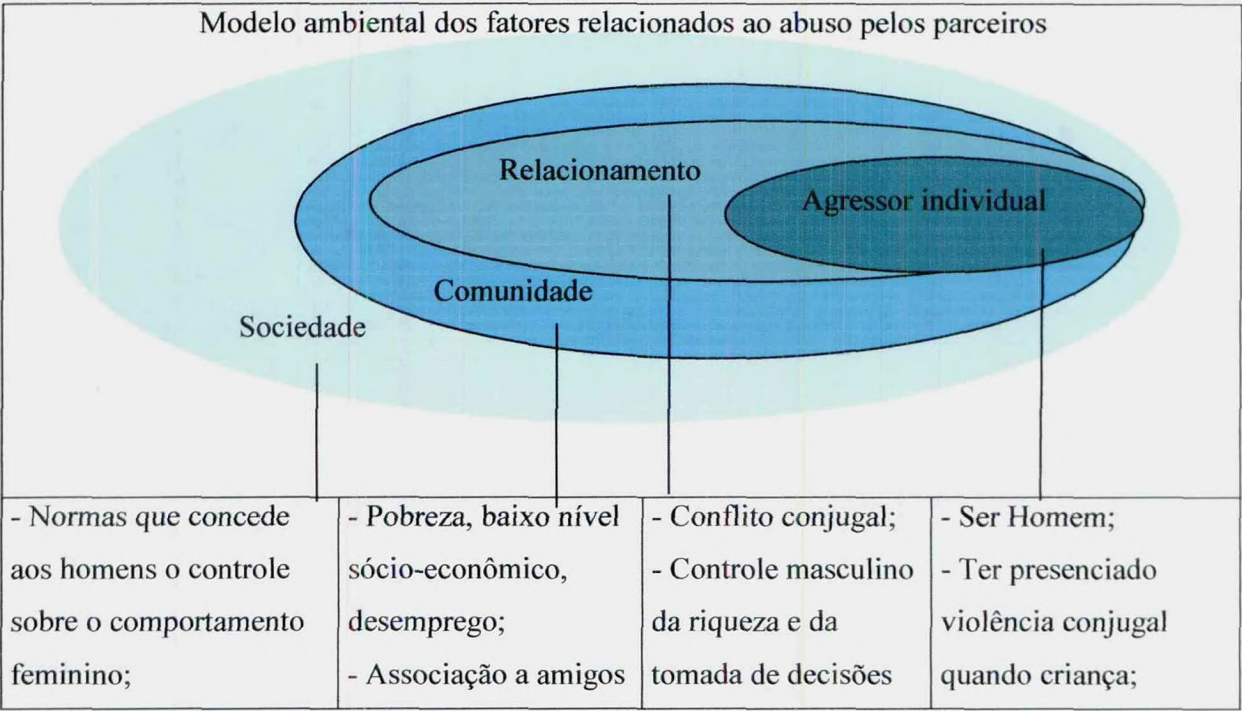
Fonte: Center For Health and Gender Equity (CHANGE)

Identificou-se que a violência doméstica contra a mulher traz grandes conseqüências para seus filhos quando presenciam cenas de agressões do pai contra a mãe, (COMUNIDADE BAHÁ'Í DO BRASIL, 2002). As crianças passam, neste momento, por algumas mudanças no comportamento como:

- Distúrbio na alimentação e no sono;

- Disfunções emocionais, depressão e carência emocional;
- Problemas escolares, dificuldade de aprendizado
- Submissão, apego excessivo, ansiedade;
- Atuação agressiva / ataques de fúria destrutiva;
- Distanciamento, isolamento, vida familiar fantasiosa;
- Somatizações;
- Agitação, ataques de tremedeira;
- Roer unhas, gaguejar;
- Idéias de suicídio.

Cada vez mais, os pesquisadores vêm se perguntando: "O que provoca a violência contra a mulher?". Muitos, para responder esta questão, estão utilizando um "quadro de referência ambiental" para entender a interação de fatores pessoais, situacionais e sócio-culturais, que se combinam e provocam o abuso (POPULATION REPORTS, 1994).



<ul style="list-style-type: none"> - Aceitação da violência como forma de resolução de conflitos; - Conceitos de masculinidade ligado à dominação, honra ou agressão; - Papéis rígidos para ambos os sexos. 	<ul style="list-style-type: none"> e companheiros delinquentes - Isolamento das mulheres e famílias. 	na família.	<ul style="list-style-type: none"> - Pai ausente ou que rejeita a família; - Ter sofrido abuso quando criança; - Consumo de bebidas alcoólicas.
--	--	-------------	--

Fonte: Adaptado de Heise 1998 (210)

1.4 Políticas e Serviços de Atendimento e Enfrentamento da Violência Doméstica Contra a Mulher

Na década de oitenta, a característica que marcou o combate à violência contra as mulheres foi a denúncia. As feministas foram às ruas manifestar-se contra a dominação masculina e suas conseqüências. Foi um incentivo para as mulheres espancadas mostrarem seus hematomas e o rosto marcado pela violência de gênero. Os movimentos feministas lançaram o slogan “Quem ama não mata!”. Criaram serviços voluntários e autônomos de apoio jurídico, psicológico e social às vítimas por meio dos SOS-Mulher e Centros de Defesa. Enxergaram o quanto as mulheres intimidadas se silenciavam diante das agressões, espancamentos, humilhações e ameaças, por medo, por falta de apoio. Criaram a campanha: “O Silêncio é Cúmplice da Violência!”. Em seguida, o poder público criou o primeiro órgão voltado para tratar de políticas específicas para mulheres, o Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, que impulsionou o Estado a reconhecer a discriminação e a violência de gênero. A delegacia da mulher foi criada (1985), e deu uma imensa visibilidade à demanda reprimida até então. Foi criado o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres pela Lei nº 7353 de 29/08/1985, um órgão consultivo e sem caráter

executivo, com o objetivo de promover políticas públicas, em âmbito nacional, para eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher, construindo condições de igualdade de direitos para o pleno exercício da cidadania. Em São Paulo, foi fundado o Centro de Orientação e Encaminhamento da Mulher - COJE (1984), que visava oferecer um serviço de atendimento multidisciplinar (jurídico, psicológico e social). O Brasil assinou, com reservas, a Convenção para a "Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher". Paralelamente a isso, feministas da área da saúde pública articularam e elaboraram, junto ao Ministério da Saúde, o Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher – PAISM, considerando as necessidades físicas e mentais das mulheres em todas as fases da vida. Em 1986, foi criada a primeira casa-abrigo (TELES e MELO, 2002).

A partir do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e com a mobilização de entidades populares, sindicais, feministas e demais conselhos de mulheres, alcançou-se direitos históricos: caiu a figura do chefe da sociedade conjugal e foi reconhecida a igualdade de direitos entre mulheres e homens no casamento; a licença-maternidade ampliou-se para 120 dias e a licença-paternidade foi uma conquista inovadora na busca da igualdade de direito, condições e oportunidade. O aborto não foi criminalizado como queriam representantes religiosos e outros conservadores (TELES e MELO, 2002).

Os movimentos feministas, paulatinamente, vão contribuindo para a informação da sociedade frente à violência que atinge a maioria das mulheres. Tantas lutas obtiveram conquistas significativas, expressas na adoção de políticas públicas, nos avanços jurídicos e nos crescentes debates que visam a conscientização sobre o problema. A partir da Constituição Federal de 1988, ficou assegurado que o Estado brasileiro evoca para si a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica (Art. 226, § 8º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL).

As políticas de proteção e segurança são essenciais para o enfrentamento à violência, mas é preciso avançar tanto em políticas de prevenção como na ampliação de políticas que articuladamente trabalhem para uma reversão da dependência financeira, elevação da auto estima das mulheres, criando, deste modo, condições favoráveis à autonomia pessoal e coletiva. Também as repercussões à saúde, causadas pela violência doméstica, têm de ser assumidas e acolhidas em programas de assistência às vítimas e agressores (CAMARGO e AQUINO, 2003).

A busca do auxílio para cessar as agressões pode, algumas vezes, ser muito importante, assim como a intervenção feita pela família do agressor, a ajuda do profissional da saúde, psicoterapeuta, advogado, de um líder religioso ou centros de ajuda comunitária como a Delegacia da Mulher, clínicas de universidade, centros de apoio às vítimas de violência (PAIVA, 1999 apud SOUZA, 2003).

De acordo com o Programa de Prevenção, Assistência e Combate a Violência Contra a Mulher – Plano Nacional (2003), para o enfrentamento da violência contra a mulher, exige-se o comprometimento da sociedade em seu conjunto, quer seja: os três poderes, os movimentos sociais, as comunidades. Isso significa construir uma rede, a que chamamos de Rede³ de Cidadania. Para constituição da Rede, percebemos que alguns serviços funcionam como Porta de Entrada: delegacias, Polícia Militar, postos de saúde de serviços de emergência, escolas e órgãos comunitários, ouvidorias, organizações não-governamentais e conselhos.

- **Delegacia de Proteção à mulher de Florianópolis:** foi criada no ano de 1985 e atende às mulheres vítimas de violência residentes no município. Funcionando 24 horas, destina-se ao resgate dos direitos da mulher e à reestruturação familiar através de mudança de comportamento. Tem o papel de investigar, apurar e tipificar o crime;

- **Corpo de Bombeiros e Unidades Móveis da Polícia Militar:** são outras possibilidades de ajuda às mulheres quando em situação de violência; são estes órgãos e serviços que, muitas vezes, prestam o primeiro socorro às mulheres;
- **Instituto Médico Legal – IML:** tem o papel fundamental no atendimento à mulher em situação de violência, principalmente às vítimas de abuso sexual. Sua função é decisiva na coleta de provas, necessárias ao processo judicial, e condenação do agressor. É o IML quem faz a coleta ou validação das provas recolhidas e demais providências periciais do caso;
- **Centro de Referência:** é local de referência e orientação. Propulsor do processo de resgate da mulher como ser social, isto porque tem o papel de dar atendimento e acompanhamento psicológico, jurídico e social a mulher em situação de violência, resgatando e fortalecendo sua auto-estima e possibilitando que esta se torne sujeito de seus próprios direitos. Podemos citar o CEVIC como um centro de referência que atende a esta demanda;
- **Serviços de Casas Abrigo:** são espaços seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral à mulher em situação de risco de vida iminente, em razão de violência doméstica. É um serviço sigiloso de caráter temporário, onde as usuárias podem permanecer por um período determinado, até reunirem as condições necessárias para retomar o curso de suas vidas. Em Santa Catarina, há apenas uma Casa de Abrigo situada em Blumenau, mas já existem projetos para implantação em Florianópolis e Joinville;

³ Rede é definida como uma teia de relações sociais que circunda os diversos indivíduos conectados pelos laços ou vínculos sociais, propiciando que os recursos de apoio fluam através desses vínculos. Ver em: BOWLING, A. *La Medida de las redes y el apoyo social*, 1994.

- **Defensorias Públicas:** têm a finalidade de dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência. São órgãos dos Estados, responsáveis pela defesa das cidadãs, oferecendo suporte jurídico às mulheres;
- **Educação:** é fundamental manter atividades envolvendo pais e mães, alunas (os), professoras (es), funcionárias (os) e corpo pedagógico de escolas da rede pública e privada de ensino, bem como promover elaboração e divulgação de material informativo e capacitação das (os) trabalhadores em educação;
- **Área da Saúde:** é preciso desenvolver ações voltadas às unidades básicas de saúde da rede pública, gerando estratégias que ressaltem a noção de violência contra a mulher como um problema de saúde pública. Principalmente, no contexto da saúde da mulher, garantindo um acolhimento receptivo, procedimentos adequados e, sobretudo, atendimento integrado. Em Florianópolis, no ano de 2000, foi criado o "Protocolo de Atenção as Vítimas de Violência Sexual do Município". Tem como porta de entrada o atendimento à saúde, formando uma rede interligada com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado a Justiça e Cidadania, Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia de Santa Catarina, Sociedade Catarinense de Pediatria, Universidade Federal de Santa Catarina;
- **Área da habitação e infra-estrutura:** é preciso gerar e desenvolver políticas inclusivas para garantir que os recursos, liberados pelo Governo Federal aos Estados, contemplem linhas de crédito para a construção de casas para mulheres que estão nos serviços de proteção;

- **Cultura:** torna-se importante difundir e estimular atividades culturais, como teatro, cinema, vídeos, música, festivais, onde o tema seja o combate à agressão contra a mulher e à violência intrafamiliar, tendo como objetivo questionar a violência e desconstruir uma imagem de subordinação e submissão que tem sido reforçada ao longo da história;
- **Programas sociais:** existentes na área governamental, como bolsa-escola, renda mínima, cestas básicas, e outros, é preciso incluir as mulheres que estão em situação de opressão;
- **Comunicação:** é possível promover ações de capacitação e sensibilização junto as Agências Reguladoras de Rádio, TV, Jornais e Peças Publicitárias, abordando as questões de gênero e reconstruindo a imagem das mulheres em situação de violência;
- **Conselho de Mulheres:** tem o papel de monitorar e fiscalizar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados por todas as pessoas envolvidas no atendimento e assistência às mulheres vítimas de agressão familiar;
- **Movimentos sociais:** em particular os movimentos feministas e de mulheres, englobam o papel fundamental no desenvolvimento e implementação desta Rede de Cidadania, atuando como fiscalizadores das medidas, ações e programas adotados; como capacitadores das diferentes instituições envolvidas na Rede, mobilizando a sociedade brasileira em torno do assunto da feminilidade e da repressão;
- **Sistema de ouvidoria:** está voltada para o atendimento de mulheres aptas a colaborar com denúncias relativas a discriminação, situações de risco e violência, orientando-as, assim, a respeito da legislação e dos seus direitos, bem como do devido encaminhamento dos casos.

As políticas e serviços de atendimento e enfrentamento da violência doméstica contra a mulher são essenciais para erradicação da violência e garantia dos direitos das mulheres. É dessa

forma que a mulher vem conquistando espaços e coragem para sair da situação de violência, pois existe esta rede de apoio para dá suporte a suas decisões.

6. Os dados coletados foram obtidos através dos 33 processos, no período de janeiro a setembro de 2004, atendidos pelo CEVIC. Os processos selecionados foram apenas aqueles que eram sobre a violência conjugal contra a mulher.

2 O SERVIÇO SOCIAL NO CEVIC FRENTE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

2.1. CEVIC: O Contexto Institucional do Estudo

O Centro de Atendimento a Vítima do Crime –CEVIC se caracteriza como uma política pública para as mulheres que sofrem abusos de violência doméstica, pois as mesmas recebem um suporte para enfrentar a situação em que se encontram. São acompanhadas, dedicadamente, por uma equipe multidisciplinar a fim de compreenderem a complexidade dessa problemática social, e, finalmente, fortalecerem-se no objetivo de suprimi-la.

O CEVIC torna-se um centro de referência e apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, pois muitas delas que procuram a instituição estão querendo desabafar, com alguém, a situação em que estão vivendo, sem serem julgadas. Muitas querem apenas uma palavra “amiga”, chorar, "colocar para fora" tudo aquilo que estão passando. Além de tudo, também procuram alternativas que as possibilitem sair da situação de violência.

No Estado de Santa Catarina, o CEVIC foi estruturado nos município de Florianópolis, em 1997; Lages, em 2000 e Joinville em 2001.

Em Florianópolis, teve início em 31 de março de 1997, numa parceria que reuniu, de um lado o Governo Federal, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Gerência de Proteção à Vítima e a Testemunha Ameaçada, e, de outro, o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com o objetivo de prestar atendimento social, psicológico e jurídico às vítimas de crime. Foi um projeto pioneiro no Brasil: a primeira vez que órgãos governamentais deram atenção à questão da vítima de violência no país.

O Centro de Atendimento à Vítima de Crime segue a resolução 40/34 da ONU aprovada em 1985, que estabelece a "Declaração dos Princípios Básicos de Justiça para Vítimas de Delitos e Abuso de Poder" com detalhamentos que explicitam procedimentos que deverão ser tomados, em esferas internacional e regional, para melhorar o acesso à justiça, ao tratamento justo, ao ressarcimento, à indenização e à assistência social para vítimas de delitos. Também esboçam as principais medidas que deverão ser tomadas para prevenir a vitimização ligada ao abuso de poder.

Tal resolução define vítima, em seu art. 1º, como:

Qualquer pessoa que individual ou coletivamente, tenha sofrido danos, inclusive lesões físicas ou mentais, sofrimento emocional, perda financeira ou diminuição substancial de seus direitos fundamentais, como consequência de ações ou omissões que violem a legislação penal vigente nos Estados Membros, incluídas as que prescrevem o abuso criminal de poder.

Após a criação do CEVIC de Florianópolis e do Centro de Atendimento à Vítima de Crime da Paraíba/PE, em 2000, ambos na forma de projetos pilotos, o Ministério da Justiça decidiu, em função do sucesso de ambos projetos, implementar estes Centros de Apoio às Vítimas em vários outros Estados do país. Atualmente, existem 13 Estados que possuem Centros de Atendimento e Apoio às Vítimas de Crime, todos funcionando nas capitais, com exceção de Santa Catarina, que é o único Estado do Brasil que possui Centros de Atendimento à Vítima que se localizam no interior do Estado, todos funcionando com estrutura igual ao da Capital.

✧ As vítimas são encaminhadas ao CEVIC por diversos lugares, sejam:

- **Delegacias de Polícia:** após o registro da ocorrência;
- **Conselhos Tutelares ou Programas de Atenção à Criança e Adolescente:** quando as vítimas são crianças ou adolescentes;
- **Encaminhadas por outros usuários:** pessoas que já foram atendidas pelo CEVIC e indicam para familiares, amigos e vizinhos;

- **Encaminhadas pela mídia.**

As vítimas de violência doméstica são primeiramente atendidas pelo serviço social que faz o acolhimento. Nesse primeiro atendimento é que será realizado o estudo social da vítima, no qual identificaremos os conflitos conjugais apontados pela mesma.

A mulher relata sua história de vida, muitas vezes aponta necessidades básicas, problemas de saúde, as dificuldades financeiras e a dificuldade de encontrar emprego quando tem filhos pequenos. Neste caso, quando há alternativa, a Assistente Social orienta sobre seus direitos sociais e a encaminha para as demais redes de apoio existentes para atender suas necessidades.

O Serviço Social no CEVIC tem como atribuições:

- Informar o Conselho Tutelar quando há criança ou adolescente em situação de risco;
- Encaminhar a vítima e sua família para entidade não governamental (abrigos emergências como APAM – Assistência Preventiva de Apoio a Mulher) e a Casa de passagem, retirando-os do ambiente familiar até cessar a situação de violência;
- Encaminhar a vítima que necessitar para a Divisão de Assistência Pública da Prefeitura Municipal, para que esta pleiteie cestas básicas;
- Encaminhar a vítima e familiares para tratamentos de saúde, sempre que se fizer necessário;
- Encaminhar familiares e também o agressor, se este tiver interesse, para tratamento ou internação quando se tratar de pessoas usuárias de substâncias entorpecentes;
- Realizar visitas domiciliares, sempre que o caso exigir, para melhor estudo da situação;
- Se for do interesse da vítima, convidar o agressor para vir ao Centro, visando a eventual composição do dano, em esfera extrajudicial;

- Enfim, realizar trabalho de mediação familiar de caráter educativo e acompanhamento sistemático da situação.

De acordo com Ávila (2002 apud MATTOS, 2004), a mediação familiar insere-se numa orientação de sociedade que encoraja a autopromoção, a comunicação e a responsabilidade e que visa uma mudança cultural no que diz respeito ao poder dos indivíduos de tomar suas próprias decisões, em vez de solicitar um terceiro que decida por eles.

De forma geral, as mulheres buscam, no CEVIC, apoio para sair da situação de violência, bem como conhecimentos acerca de seus direitos, procuram alguém que possa ouvi-las, sendo que um dos maiores interesses diz respeito à separação, pelo menos no momento de tensão em que estão vivendo ao lado do companheiro.

É de responsabilidade do Assistente Social passar todas informações sobre como a mulher pode ter acesso aos seus direitos e orientações de como funciona o trabalho do CEVIC, de que maneira realiza-se o acompanhamento social com a vítima e o agressor durante o processo.

A entrevista é um dos principais instrumentos de trabalho utilizado pelo Assistente Social, para investigar e intervir na questão apresentada. É em decurso da entrevista que o profissional de Serviço Social busca conhecer como os sujeitos vivenciam as múltiplas expressões da sociabilidade.

Silva (2001 apud MATOS, 2004), coloca, como atitudes essenciais dos Assistentes Sociais na realização do atendimento, o seguinte:

- Estar ali por inteiro, presente;
- Demonstrar respeito pelo entrevistado;
- Demonstrar aceitação pelo entrevistado, eximindo-se de atitudes de pré-julgamento;
- Compreender o outro, com o melhor senso de humanidade possível;

- Conseguir empatia – demonstrar a compreensão para com o sentimento do entrevistado, preservando o eu do entrevistado;
- Ouvir, que, segundo Benjamim (1991 apud SILVA, 2001 apud MATTOS, 2004, p. 26), significa “escutar o modo como as coisas estão sendo ditas, o tom usado, as expressões e os gestos empregados. E mais: ouvir inclui o esforço de perceber o que não está sendo dito, o que é apenas sugerido, o que está oculto, o que está abaixo ou acima da superfície. Ouvimos com nossos ouvidos, mas escutamos também com nossos olhos, coração, mente e vísceras”.

Após a conversa com a mulher vítima de violência conjugal, a Assistente Social encaminha, através da mesma, uma carta de comparecimento para o companheiro. A conversa com o companheiro (agressor) serve para escutar a outra parte, dar a chance do mesmo se explicar do acontecido e também confrontar com as informações da companheira. Há também uma conversa com os dois, para analisar as informações obtidas pelo casal. Tal dinâmica tem como objetivo um processo educativo entre as partes, é o momento em que o casal terá a oportunidade de dialogar sobre seus conflitos conjugais.

Cabe à Assistente Social identificar a situação problema, avaliar o caso e providenciar o encaminhamento, quando necessário, para o Setor Psicológico. A Assistente Social identifica se a(o) usuária(o) se insere na demanda atendida pelo CEVIC para receber atendimento no serviço ou não. Caso não faça parte desta demanda, o profissional entra em contato com os demais setores da sociedade que possam ser úteis na resolução do caso. A Assistente Social realiza trabalho social com a família da vítima e acompanhamento sistemático da situação objetivando o exercício pleno da cidadania e, se possível, a resolução dos conflitos mais emergentes.

O papel do psicólogo é auxiliar a vítima na superação da violência sofrida, resgatando a auto-estima e promovendo a reestruturação emocional. O atendimento é extensivo ao companheiro, ao(s) filho(s), e aos demais familiares, quando necessário.

A psicologia utiliza o acompanhamento psicoterápico de acordo com necessidade de cada caso. Para adultos, o instrumento é o atendimento clínico baseado na abordagem teórica profissional. No atendimento de crianças, utiliza-se a "ludoterapia", ou seja, uma abordagem através do brincar.

O acompanhamento do casal será de acordo com a necessidade apresentada pelos dois. Quando for identificado que a vítima apresenta-se segura com a hipótese de separação, que ela está pronta para enfrentar a situação, a mesma é encaminhada para o jurídico para dar entrada ao processo.

O setor jurídico faz o patrocínio gratuito, acompanhamento processual específico a cada caso, tanto na esfera criminal (acompanhamento do termo circunstanciado, habilitando-se como assistente do Ministério Público e acompanhamento de depoimentos em delegacias), quanto na esfera cível (propondo ações como cautelar de afastamento de lar, busca e apreensão de menor, separação consensual ou litigiosa, guarda e alimentos, ou qualquer outra para a regularização jurídica da situação).

O papel da advogada, junto à mulher agredida e seu companheiro agressor, é o de mediadora, não para tentar dissuadir ninguém, mas para esclarecer, alertar quanto às atitudes e suas conseqüências, e fazer com que as circunstâncias se renovem de maneira tranqüila, sem exaltação de ânimo. A advogada jamais deverá tomar partido, mas colocar-se-á numa posição de neutralidade, buscando a solução do problema que levou a usuária ao CEVIC.

Em casos onde o agressor aceita a separação, mas não pode sair de casa por não ter onde ficar é determinado um termo de compromisso entre o casal durante a permanência do mesmo na

casa, até que os bens sejam divididos. O Termo de Compromisso, ou acordo Extrajudicial têm mais validade moral do que jurídica. O objetivo (proposto pelo casal) é resolver a situação sem ter de ir para o Fórum. No entanto, o descumprimento de qualquer cláusula do acordo extrajudicial poderá prejudicar aquele que a descumpriu, no que tange a uma futura ação judicial. Dão-se as devidas explicações acerca do documento, tanto extrajudicial como judicial, porém não se pode forçar nenhuma atitude por parte dos usuários.

Se descumpridas as regras do acordo extrajudicial, a parte que as violou é chamada a prestar esclarecimentos e, a partir daí, toma-se outras medidas cabíveis, até mesmo o ajuizamento de ação pertinente ao caso, se for da vontade da parte ofendida.

A importância da advogada apresenta-se na medida que se constata o total desconhecimento das mulheres vítimas de violência doméstica para com seus próprios direitos. O objetivo é solucionar os conflitos que têm abrangência jurídica.

O instrumento de trabalho, utilizado pela advogada para realizar o atendimento, é a pasta/cadastro da vítima, a qual compõe-se de registros manuscrito do efetivo atendimento, e que servirão de subsídios à propositura da ação e/ou elaboração de outros documentos.

Apesar do CEVIC atender todos os tipos de crime, as maiores ocorrências são de agressões disseminadas dentro do âmbito familiar, causando sofrimento físico, psicológico ou sexual. Em 2003, o CEVIC de Florianópolis realizou 4.016 atendimentos e, durante os seis anos de seu funcionamento, realizou 23.992 atendimentos, dentre sociais, jurídicos e psicológicos.

Nesse contexto, o CEVIC pretende garantir o respeito aos Direitos Humanos das vítimas de crime, o exercício pleno de sua cidadania, garantia social e qualidade de vida.

O CEVIC, mesmo não atendendo a todas as necessidades expostas pelas mulheres, ameniza a questão social em que as mesmas estão inseridas, orientam e encaminham para outras

instituições, ou para outros profissionais, para que possam também realizar uma mediação mais específica.

Nesta Instituição, elas contam com o apoio da Assistente Social, da Psicóloga e da Advogada. O fato de elas terem uma rede de apoio a que possam recorrer já é um grande passo para que não sejam revitimizadas pelos seus companheiros, mesmo que elas não queiram se separar.

Muitas mulheres, por não fazerem a denúncia, desconhecem as políticas públicas ou legalidades que asseguram, constitucionalmente, sua proteção. Quando as mesmas chegam a denunciar, apenas então ganham a oportunidade de obter informações precisas de como e a quem devem procurar.

2.2 Caracterização das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e dos Agressores Atendidos pelo CEVIC

Para visualizarmos os dados que serão apresentados seqüencialmente, decidimos descrevê-los através de tabelas e gráficos. Os dados coletados foram obtidos através da seleção de 33 processos no período de janeiro a setembro de 2004, atendidos pelo CEVIC de Florianópolis. A escolha pelos processos se deu a partir das mulheres que eram casadas judicialmente e viviam em união estável.

O objetivo da pesquisa através dos processos foi identificar o perfil da vítima e alguns dados coerentes do agressor. Assim como, a faixa etária, relacionamento (tipo e duração), números de filhos, escolaridade, ocupação, etnia e religião.

QUADRO I - Perfil da vítima

Idade	E. C.	T.U.	Nº F.	Escolaridade	Ocupação	Etnia	Religião
36a	União estável	6a	1	2º grau	Comerciante	-	Evangélica
26a	União estável	-	2	1º grau	-	Branca	Evangélica
19a	União estável	4m	-	1º grau incop.	-	Branca	Católica
32a	União estável	9a	3	1º grau	Ser. Gerais	Branca	Evangélica
29a	União estável	4a	4	Primário	Do Lar	Negra	Adventista
25a	União estável	-	2	2º grau	Do lar	Branca	Católica
32a	União estável	8a	3	2º grau	Merendeira	Negra	Católica
37a	União estável	15a	5	1º grau	Do lar	Mestiça	Católica
36a	União estável	-	3	3º grau	Enfermeira	Branca	Católica
35a	Casada	2a	1 ⁴	3º grau	Professora	Branca	Católica
22a	União estável	8a	1	1º grau incop.	Balconista	Branca	Católica
22a	União estável	8a	2	1º grau	Doméstica	Branca	Católica
34a	Casada	16a	2	1º grau	Doméstica	Negra	Católica
42a	União estável	18a	3	1º grau incop.	Diarista	Branca	Católica
25a	União estável	10a	3	1º grau	Coopera	Negra	Católica
34a	União estável	10a	-	2º grau	Aux. PD ⁵	Branca	Católica
34a	União estável	12a	3	Primário	Desempregada	Branca	Católica
35a	União estável	4a	-	3º grau	Pedagoga	Branca	Católica
37a	Casada	17a	3	1º grau	Serviços gerais	Branca	Test. Jeová
33a	União estável	10a	2	Primário	Do lar	Negra	Católica
27a	União estável	5a	2	1º graus	Doméstica	Branca	Evangélica
32a	Casada	16a	4	Primário	Doméstica	Negra	Espírita
18a	União estável	4a	1	1º grau	Riclagem de lixo	Branca	Católica
22a	União estável	8a	2	1º grau	Do lar	Branca	Católica
44a	Casada	19a	2	2º grau	-	Branca	Católica
21a	União estável	3a	1	3º grau incop.	Estudante	Branca	Católica
24a	Casada	6a	2	Primário	Do lar	Branca	Católica
47a	União estável	20a	4+2 ⁶	1º grau	Agente de saúde	Branca	Test. Jeová
47a	União estável	6a	-	2º grau	Porteira horista	Branca	Católica
36a	União estável	6a	1	2º grau	Comerciante	Branca	Evangélica
34a	União estável	7a	1+3 ⁷	Primário	Doméstica	Negra	-
51a	União estável	3a	-	Primário	Do lar	Branca	Católica
42a	Casada	17a	2	1º grau	Merendeira	Branca	Católica

E.C: estado civil/ T.U: tempo de união/ Nº F: número de filhos/ a.: anos/ m.: meses

⁴ Filho do primeiro casamento.

⁵ Auxiliar de Processamento de Dados.

⁶ Tem mais dois do primeiro casamento.

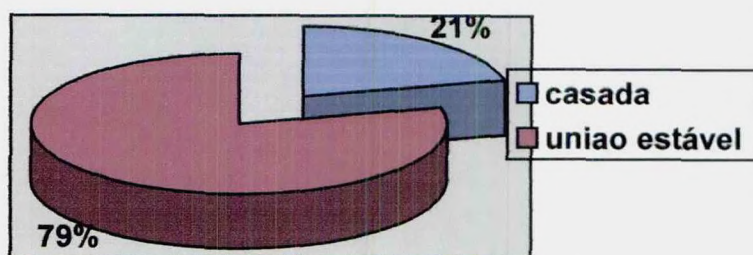
⁷ Tem mais três filhos do primeiro casamento.

Observamos que 21% das mulheres são legalmente casadas, enquanto 79 % não vivem nesta condição. Identificamos que a violência ocorre com mais frequência entre as mulheres que não tem laços firmados legalmente e vivem apenas como companheira ou união estável. Dos 33 processos pesquisados, 14 % das mulheres não tem filhos, 9% são de relacionamentos anteriores, 11% tem mais de quatro filhos e 66% tem até três filhos.

No que se refere ao total de filhos, identificamos que a maioria das mulheres possuem até três filhos, o que de acordo com a definição operacional das variáveis, caracteriza-se com famílias pequenas. Percebemos, então, uma mudança considerável no perfil das famílias da atualidade, onde passam a predominar, em razão de todas as modificações sociais, famílias com um número cada vez mais reduzido de componentes.

A preocupação com a situação da família na contemporaneidade transcende as fronteiras nacionais e alcança os mais diversos países. Isto porque uma das tarefas básicas cumpridas historicamente por esta instituição, a de reprodução dos indivíduos, depara-se com expressões e limites objetivos em função da profunda modificações da economia capitalista, sobretudo no que tange o mundo do trabalho. (SALES, 1998, p. 188).

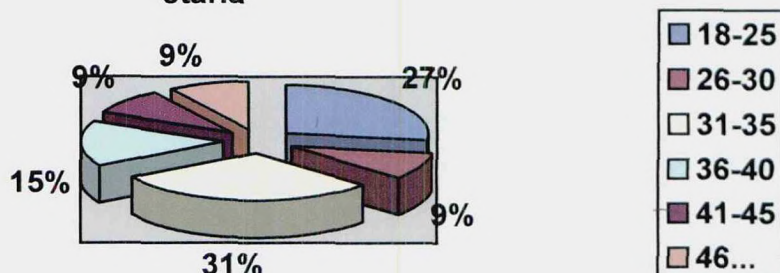
GRÁFICO I - Mulheres vítimas de violência doméstica - Estado Civil



Fonte: documento primário, 2004.

No que se refere ao estado civil das mulheres constatamos que a maioria vive na condição de união estável, ou seja, 79% e apenas 21% são casadas judicialmente.

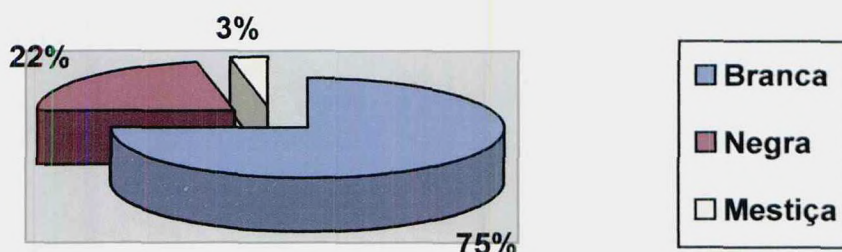
GRÁFICO II - Mulheres vítimas de violência doméstica - faixa etária



Fonte: documento primário, 2004.

Na segunda tabela observamos que as idades variam entre 18 a 47 anos, sendo que no gráfico as idades das vítimas que mais se destacam são as de 18 a 25 anos (27%) e as mulheres entre 31 a 35 anos (31%). Desta forma podemos constatar que há uma incidência maior de violência doméstica entre casais mais jovens, mas não podemos, dizer que ela predomina apenas nesta faixa etária.

GRÁFICO III - Mulheres vítimas de violência doméstica - etnia



Fonte: documento primário, 2004.

No que se refere à etnia das mulheres constatamos que a violência doméstica ocorre na sua maioria, 75% brancas, 22 % negras e apenas 3% são mestiças.



Fonte: documento primário, 2004.

A grande maioria das vítimas, cerca de 42% delas, possui até o primeiro grau. Nota-se que predomina um nível educacional baixo, o que, teórica e culturalmente, é mais prejudicial à mulher, fazendo com que seja mais discriminada e menos remunerada no mercado de trabalho, embora, às vezes, desempenhe as mesmas funções ou até funções superiores às dos homens.

A falta de escolaridade de forma alguma liga-se a sujeição à violência, uma vez que o fenômeno não atinge apenas as vítimas com um grau de instrução mais restrito, mas contribui para que elas desconheçam seus direitos.

QUADRO II - Perfil do Agressor

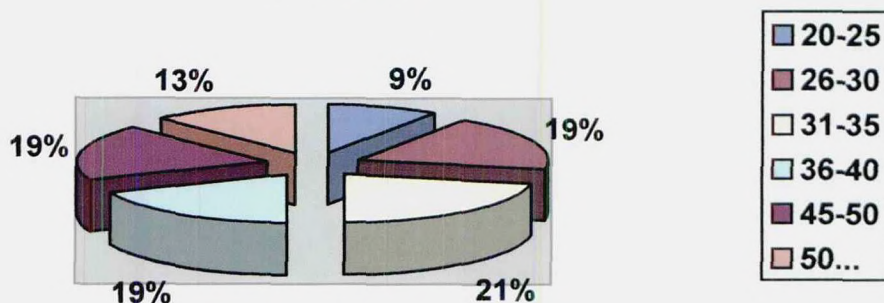
Idade	Profissão	Tipo de agressão	Local da ocorrência	Estado físico do agressor	Período
34	Rep. Comercial	VDP	Residência	-	-
24	Padeiro	VDF	Prox. a residência	Normal	-
20	-	VDFPS	-	-	-
29	Gráfico	VDF	Residência	-	-
27	Ajudante de serralheiro	VDF	Residência	Alcoolizado	Noite
28	Garçom	VDF	Residência	Alcoolizado	Noite
47	Biscateiro	VDP	Casa da cunhada	Alcoolizado	Manhã
37	Biscateiro	VDP	Residência	Normal	Noite
51	-	VDP	Residência	-	Tarde

31a	Office boy	VDFP	Residência	Alcoolizado	Noite
38a	Pintor	VDF	Residência	Normal	Noite
36a	Desempregado	VDF	Residência	Alcoolizado	Noite
-	Pedreiro	VDP	Residência	Alcoolizado	Manhã
26a	Carpinteiro	VDFP	Residência	Normal	-
38a	Motorista de carreta	VDF	Residência da vítima	Normal	Noite
33a	Servente	VDF	Residência	Alcoolizado	Noite
34a	Mecânico	VDF	Residência	Alcoolizado	-
50a	Pedreiro	VDP	Residência	Alcoolizado	Noite
62a	Aposentado	VDF	Residência	Alcoolizado	-
36a	Sondador	VDFP	Residência	Alcoolizado	Manhã
35a	Motorista de ônibus	VDP	Residência	Normal	-
22a	Reciclagem de lixo	VDFP	Residência	Normal	-
29a	Desenhista repositor	VDFP	Residência	Drogado	Manhã
48a	Motorista	VDFPS	Residência	Alcoolizado	Noite
47a	Autônomo	VDP	Residência	Normal	Noite
27a	Moto boy	VDFPS	Residência	Normal	-
38a	Desempregado	VDF	Residência	Alcoolizado	-
53a	Pedreiro	VDFP	Residência da vítima	Alcoolizado	Noite
42a	Vigilante	VDF	Praça	Normal	Noite
34a	Rep. Comercial	VDP	Residência	Drogado	-
34a	Marceneiro	VDF	Residência	-	Noite
76a	Militar aposentado	VDF	Residência	Normal	Noite
43a	Operador de máquinas	VDP	-	-	Tarde

VD: violência doméstica/ F: física/ P: psicológica/ S: sexual

O perfil do agressor foi mais superficial, devido às informações descritas nos 33 processos. O que observamos foi que a idade dos agressores variam entre 20 a 76 anos e que a maioria quando agrediram suas companheiras estavam alcoolizados.

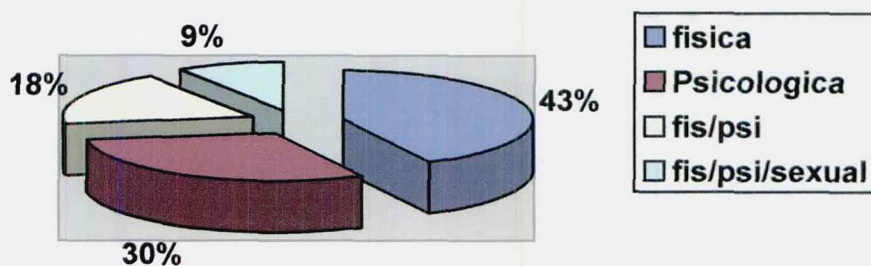
GRÁFICO V - Homens que cometem violência doméstica - faixa etária



Fonte: documento primário, 2004.

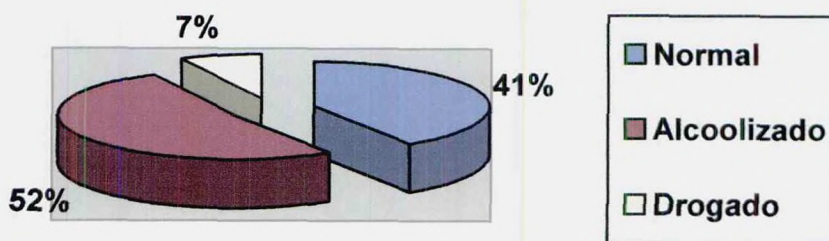
Constatamos que a incidência menor dos homens que cometem agressão contras suas companheiras/esposas são os que têm idades entre 20 a 25 anos, ou seja, 9%, e o número maior ocorre entre 31 a 35 anos, 21%, mas não difere muito dos que estão entre 36 a 50 anos.

GRÁFICO VI - Homens que cometem violência doméstica - tipo de agressao



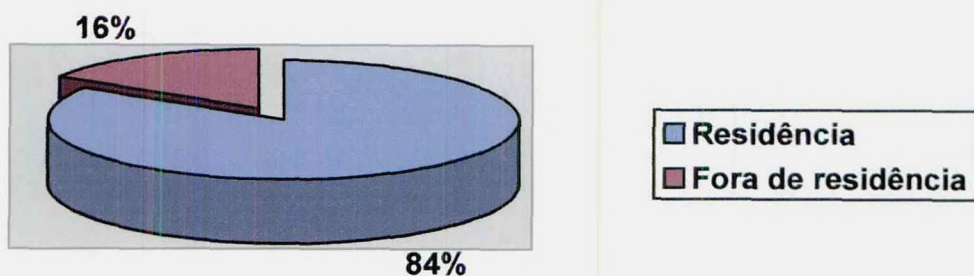
Fonte: documento primário, 2004.

Neste gráfico, percebemos que a violência física e psicológica é um das principais agressões contra a mulher, sendo que 43% das violências são físicas, 30% psicológica, 18% física e psicológica e 9% física, psicológica e sexual.

GRÁFICO VII- Estado físico do agressor

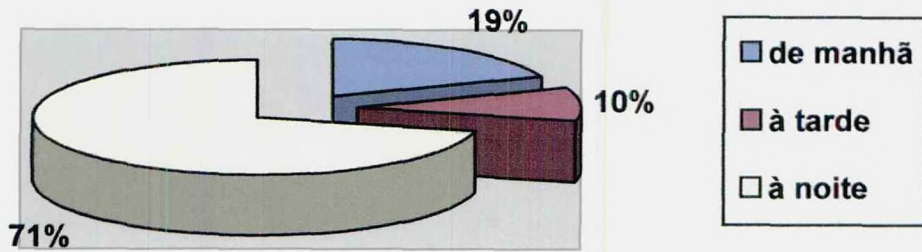
Fonte: documento primário, 2004

Neste gráfico, identificamos que o álcool é um dos desencadeadores que levam os homens a agredir suas companheiras/esposas. Isso se destacou muito nos depoimentos descritos no processo pelas mulheres, mas também ficou evidente que a violência ocorre quando o homem está aparentemente normal, ou seja, sem uso de qualquer droga.

GRÁFICO VIII- Local onde ocorreu a violência

Fonte: documento primário, 2004.

Neste gráfico, percebemos que há um número alarmante dos casos de violência doméstica contra a mulher ocorre na sua grande maioria dentro da residência, um local onde consideramos o mais seguro para qualquer membro da família. O que visualizamos que 84% das agressões acontece dentro de casa.

GRÁFICO IX - Período em que ocorreu a agressão

Fonte: documento primário, 2004

Outra questão interessante foi o período que ocorre às agressões. 71 % ocorre no período da noite, pois são nesses horários em que as mulheres, quando trabalham fora, estão em casa e seus companheiros/maridos chegam do serviço. São nesses momentos que um grande índice de conflitos entre os parceiros.

2.3 Principais Motivos que as Mulheres Atendidas Apontam como Desencadeadores da Violência

Entre os motivos pelos quais procura-se explicar o que leva o companheiro/marido a agredir sua companheira/esposa, nos processos analisados dentro do CEVIC, nas entrevistas, nas observações, estão: o ciúme, “negligência” no cumprimento das tarefas domésticas, a falta de comunicação e a utilização do álcool. Em seguida, serão apresentadas algumas dessas questões a partir do embasamento teórico pesquisado. As mulheres que foram entrevistadas, e estão sendo citadas, receberam o nome de flores para preservar a identidade das vítimas.

2.3.1 Ciúme

Os homens violentos, na maioria das vezes, têm necessidade de controlar todos os aspectos da vida da mulher: horário, amizades, dinheiro, etc. (NUNES, 1999 apud SOUZA, 2003). Esse impulso está relacionado ao ciúme, que, muitas vezes, não é dirigido a outros possíveis homens, mas é em relação aos filhos, a família, ao trabalho, aos amigos. Muitas vezes, o marido quer que a mulher não deseje nada além dele. O ciúme, ou a reação masculina de repreensão à mulher, é um dos motivos relatados como desencadeadores da violência física (MACHADO, 1999 apud SOUZA, 2003).

Veja-se algumas falas:

*(...) uma vez eu comprei uma blusinha ele achou muito curta e picou tudo*⁸. (Violeta)

(...) um dia eu tava jogando baralho com meus amigos, eu gosto, é meu único divertimento, ele chegou na frente de todo mundo e me chamou de tudo e disse que eu gastava meu dinheiro que ele dava com os machos. (Jasmim)

Para Langley e Levy (1980), homens com uma auto-imagem vulnerável, acometidos por um profundo sentimento de inaptidão, possuem tendência para serem ciumentos. Todos os estudos demonstram que o ciúme extremado é uma causa muito comum de violência na família.

(...) quando aparece homem na televisão ele troca o canal, diz que sou assanhada. (Violeta)

(...) quando vou trabalhar fala que eu fico o dia inteiro no quarto do hotel fazendo ponto. (Violeta)

Nos relacionamentos conjugais homens e mulheres aderem ao ciúme como parte do contrato amoroso, comum na nossa cultura, sendo que, muitas vezes, o excesso ou falta incomodam no

⁸ Preservou-se, na transcrição do texto, erros de pontuação e concordância, em respeito à linguagem oral tal como foi enunciada pelas entrevistadas.

relacionamento. O ciúme na linguagem do amor e do relacionamento conjugal não é o mesmo. No primeiro, os sujeitos envolvidos falam de amor e deveres não igualmente distribuídos, enquanto que, no contrato conjugal, o homem possui o papel de provedor, sendo servido pela fidelidade da mulher e seus serviços sexuais (MACHADO, 1999 apud SOUZA, 2003).

(...) não sei se era ciúme que ele sentia, mas me vigiava o tempo todo, quando ia para o trabalho, ele olhava com binóculo, estava sempre me controlando, não gostava conversasse com homem nenhum. (Tulipa)

2.3.2. Negligência no cumprimento das tarefas domésticas

A negligência no cumprimento das tarefas domésticas representa uma acusação à mulher de desvio do seu papel de dona-de-casa. A acusação é sem atenuantes: negligência, porque a obrigação de ser boa dona-de-casa é um imperativo categórico absoluto. E isso porque o homem tem direito a um lar bem cuidado. Mais uma vez o espancamento ocorre quando a mulher viola o que o homem impõe ser um direito seu inquestionável (AZEVEDO, 1985).

Há relatos de mulheres que acreditam que apanham por não realizarem as tarefas domésticas, como cozinhar e limpar a casa, o que muitas vezes as fazem sentirem-se merecedoras de violência (LANGLEY & LEVY, 1980).

(...) ele não trabalha, não me ajuda em nada, ainda reclama: o essa louça suja aqui. Você que sujou, daí começa as brigas. (Violeta)

Para Desembargadora Maria Berenice (2002 apud SOUZA, 2003, p. 34):

Então quando elas não cumprem essas obrigações. Os homens se sentem cobradores e elas devedoras, o que acaba se tornando um espaço propício para a violência. As mulheres têm consciência que agiram mal e se sentem merecedoras da agressão. Então recebem a agressão como uma justa punição, o que ajuda a aplacar sua culpa, por não ter se comportado dentro do papel que deveria desempenhar. A agressão vem redimir sua culpa. É um raciocínio absolutamente equivocado e de absoluta e injustificável subordinação. Não existem tarefas definidas. As pessoas devem manter sua plena liberdade, e a relação afetiva deve ser de absoluta cumplicidade, de amizade, sem cobranças. Quem sabe eu tivesse a obrigação de estar em casa cuidando dos meus filhos? Mas estou aqui e ninguém pode me cobrar por isso! No entanto normalmente os

homens cobram e as mulheres se sentem devedora. A causa da violência é essa uniformidade de pensamento entre os dois: ele bate porque acha que tem direito de bater e ela apanha achando que merece apanhar.

2.3.3. Falta de comunicação

Os pesquisadores consideram que, em lares onde reina a violência entre homem e mulher, existe uma grave falta de comunicação entre o casal. A Dra. Marguerite Fogel recomenda a seus clientes que evitem a violência por meio do diálogo, e afirma que uma discussão franca deveria ser sempre iniciada ao primeiro sinal de tensão. Marido e esposa deveriam tentar saber o que estão fazendo um com o outro, bem como ouvir o outro lado. Não escutar o outro lado é sinal de falta de justiça e respeito. O importante é ficar dentro da própria pele e não culpar ninguém. No momento em que você fixa a culpa no outro lado, está deixando de trabalhar no problema (LANGLEY & LEVY, 1980).

A falta de conversa entre casais violentos se desdobra para além da família imediata. Os estudos mostram repetidamente que estes são geralmente casais com poucos amigos, e com poucos contatos com seus vizinhos (LANGLEY & LEVY, 1980).

(...) ele era uma pessoa muito fechada, eu não sabia nada da vida dele, às vezes ele falava com a mãe dele no meu celular, mas nunca disse que morava com ninguém, sempre apagava o número do celular para eu não ver. Nossas discussões saíam do nada, ele me ameaçava e me agredia eu não sabia o motivo. (Tulipa)

O Dr. Straus descobriu que os casais que usam muita violência verbal tendem a usar também violência física. E a medida em que a intensidade das palavras grosseiras aumenta, o nível de agressão física sobe ainda mais rapidamente (LANGLEY & LEVY, 1980).

(...) uma vez ele começou a me xingar eu também comecei a bater boca com ele, daí ele começou a me bater até que eu calasse a boca. (Jasmim).

2.3.4. A utilização do álcool

A violência ocorrida no ambiente familiar contra a mulher muitas vezes tenta ser justificada pelo o abuso do álcool pelo companheiro/marido. De acordo com Grossi (1993), o uso do álcool não raro é utilizado como desculpa para o comportamento violento do homem e, na realidade, atua com agente desinibidor da violência já latente no indivíduo, podendo ser considerado fator precipitante e agravante da violência, mas não um fator causal.

(...) pra trabalhar é ótimo, faz tudo direitinho, não está bêbado, quando bebe se transforma, daí tem que sair de perto, se eu era uma santa quando ele estava normal, depois que ele bebe, viro as piores das mulheres, me xinga de tudo, cada palavrão, na frente de todo mundo. (Jasmim)

Alguns autores acreditam que a violência contra a mulher é desencadeada pelo uso excessivo de álcool ou drogas, pois quando os agressores estão no seu estado normal isso não acontece.

Existem muitas evidências de que o álcool e as drogas – particularmente o álcool – têm muito que ver com o espancamento de esposas. Considera-se que entre 40 e 95 % dos casos de abuso conjugal estão ligados diretamente ao consumo do álcool. (LANGLEY e LEVY, apud AZEVEDO, 1985).

O consumo de bebidas alcoólicas pelo homem violento apresenta-se, muitas vezes, paralelamente à violência contra a mulher. De acordo Langley e Levy (1980), a violência conjugal mostra-se com fenômeno social, pois os maridos se embriagam e batem em suas esposas e muitas delas podem considerar este ato como a única forma de atenção.

(...) é se ele procurasse um tratamento eu não deixaria dele, se ele parasse de beber tudo seria ótimo, ele é uma pessoa muito boa, ajuda meus filhos que não são dele, me ajuda quando preciso, mas bebe, joga tudo na minha cara, ainda por cima me avança. (Jasmim).

2.4 Principais Determinantes que Levam as Mulheres se Sujeitarem à Violência

Doméstica

Para pesquisadora Elizabeth Truninger (apud LANGLEY e LEVY, 1980), há sete razões pelas quais algumas mulheres permanecem com os maridos que batem nelas. São elas:

- Uma auto-imagem fraca;
- A crença de que os maridos vão mudar;
- Dificuldades econômicas;
- A necessidade econômica dos maridos para os filhos;
- Dúvidas sobre se podem viver sozinhas;
- A crença de que o divórcio é algo como um estigma;
- Fato de que é difícil para uma mulher com filhos encontrar trabalho.

Outras razões freqüentemente citadas: a mulher está assustada demais para agir; tem muita vergonha de contar o fato aos outros; sente-se presa pelo casamento, totalmente dependente do marido e não tem onde morar.

(...) eu não tinha como fugir dele, estava me vigiando, me controlando, me ameaçando de morte e ameaçando meus filhos, fez eu perder meu emprego, minha paz, minha felicidade, não tinha como denuncia-lo, onde eu ia ele ia atrás para eu não ficar sozinha, eu tinha muito medo, estava em pânico, ele é um mostro, psicopata. (Tulipa)

No caso de Violeta, a qual entrevistamos, a mesma é independente financeiramente do marido, ou seja, é ela quem sustenta os filhos, paga as despesas da casa, porém a casa pertence à mãe do marido. Por não ter onde morar, não ter apoio de seus familiares e não ter creche para deixar um dos filhos, ela acaba se sujeitando a violência.

(...) eu não saio de casa porque não tenho onde morar mesmo, não posso deixar minhas crianças por aí. (Violeta)

A preocupação com as crianças é uma razão muito forte para que mulheres com filhos continuem no âmago de um relacionamento violento, pois não podem abandonar tudo sem ter um

local seguro para deixar seus filhos, pois poderiam correr o risco de perder a guarda dos mesmos. Porém, as mulheres podem vir a tomar alguma atitude se por acaso o marido tiver ameaçado a ferir os filhos. Parece que as esposas se preocupam mais com a saúde e o bem-estar de seus filhos do que consigo próprias. (LANGLEY e LEVY, 1980).

Sendo assim, quanto menos recursos tiver uma esposa espancada – educação, aptidão para trabalhar, acesso a dinheiro, a um carro, a amigos – menos alternativas terá para abandonar o casamento (LANGLEY e LEVY, 1980).

(...) preciso de uma pensão, quando nos juntamos ele não me deixou trabalhar mais, disse que eu deveria cuidar da casa, que ele daria tudo para mim, agora não quero mais ficar com ele, pelas coisas que fez para mim, estou com problemas de saúde, por causa dele, mas ele não quer pagar nada se não tiver com ele (Jasmim).

2.5. Intervenção da Categoria do Serviço Social na Prevenção e no Combate à Violência Doméstica Contra a Mulher

De acordo com Iamamoto (1998), o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população.

O Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sóciopolítica dos indivíduos sociais. O Assistente Social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas a adesão ao instituído: é consenso em termo de interesses de

classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2003).

A violência contra a mulher é uma das problemáticas da questão social, em que o Assistente Social também é chamado a intervir. Porém, ainda falta capacitação nessa questão específica. É importante ressaltar que nos locais onde mais se recebem denúncias de mulheres vítimas de violência doméstica, como as Delegacias de Mulheres, não têm o profissional do Serviço Social (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, 2003).

Estudos apresentados pelo Conselho Regional de Serviço Social (2003) apontaram que a intervenção do Assistente Social, junto à questão da violência contra a mulher, pode ser visualizados da seguinte forma:

- O profissional de Serviço Social é operador de direito, portanto, um de seus papéis junto à intervenção é justamente orientar e informar a mulher que ela tem direitos, esclarecendo que para cada tipo de violência tem uma punição; é importante estimular a mulher a fazer a denúncia;
- Nas instituições em que o Assistente Social atende mulheres vítimas de violência doméstica é importante mobilizá-las para participarem de um processo de trabalho de grupo, para que as mesmas possam socializar suas experiências, resgatar a sua auto-estima e o seu papel social;
- O profissional do Serviço Social deve estar atento para com a formulação, execução e gestão de políticas públicas. O lugar do Assistente Social no contexto das relações sociais, esta inserido na lógica do conflito e da transformação;

- A prática do Serviço Social também tem uma dimensão pedagógica à proporção que trabalha numa perspectiva de transformação da consciência dos sujeitos com vistas a sua emancipação;
- Profissional do Serviço Social deve procurar trabalhar em rede, ou seja, deve conhecer os diversos tipos de atendimentos existentes no que se refere à questão da violência contra a mulher. Procurar conhecer os colegas profissionais que trabalham com o mesmo enfoque e trabalhar em parceria, elaborar projetos em conjunto, usufruir dos mesmos recursos (materiais, pessoais e financeiros) de um programa, canalizar forças para um programa bem sucedido e trocar experiências de práticas bem sucedidas;
- Realizar seminários e campanhas para desencorajar o uso da violência como forma de resolver conflitos.

O profissional, no seu perfil de atendimento direto à população e através da escuta das demandas das mulheres que sofrem violência doméstica, tem uma responsabilidade importante no que se refere à proposição e implementação de políticas públicas.

A categoria do Serviço Social consta nos movimentos sociais que, na contemporaneidade, expressam as transformações societárias e tem procurado fazer propostas de intervenção no sentido de efetivação e ampliação dos direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cientes de que o tema é muito amplo e, uma vez que vários conceitos sobre violência contra a mulher foram apresentados ao longo do trabalho, não caberia, nesse momento, fazermos uma finalização restritiva.

Entretanto, é de suma importância a implantação de políticas públicas de proteção e segurança no que se refere à erradicação da violência contra a mulher. No município de Florianópolis, existe uma rede que atende mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual, porém, há uma carência desse tipo de rede para atender as mulheres vítimas de violência doméstica. É indispensável que se construa redes de apoio que atenda às vítimas de violência doméstica, tais como: casas de apoio que possam abrigá-las em condições de emergências; instituições que possam capacitá-las para o trabalho, para que possam ter autonomia financeira; instituições que ofereçam um primeiro atendimento sobre seus direitos, orientações, apoio psicossocial, para que as mesmas recuperem a auto-estima e se preparem para enfrentar os seus problemas.

Para Camargo e Aquino (2003),

As políticas de proteção e segurança são essenciais para o enfrentamento a violência, mas é preciso avançar tanto em políticas de prevenção como na ampliação de políticas que articuladamente trabalhem para uma reversão da dependência financeira, elevação da auto-estima das mulheres, fortalecimento da capacidade de representação e participação na sociedade, enfim, criem condições favoráveis a autonomia pessoal e coletiva. Também as repercussões a saúde que são causadas pela violência doméstica têm que ser assumidas e acolhidas em programas de assistência a vítimas e agressores.

✶ Cabe aos demais setores como da saúde, da educação, da justiça e segurança, assistência social e trabalho, mobilizarem-se para a socialização sobre a questão de gênero e a violência

doméstica contra a mulher, pois um dos primeiros passos para erradicação da violência é a prevenção através de informações e divulgações.

O profissional de Serviço Social tem um papel de caráter educativo e político, fundamental na prevenção a violência doméstica. O Assistente Social, com os demais profissionais, pode vir a construir estratégias para sensibilizar e mobilizar a sociedade sobre as questões da violência contra a mulher. Para atingir os adultos, o profissional pode estar utilizando os principais meios de comunicação para divulgar e informar sobre a questão da violência doméstica, também pode conduzir campanhas para sensibilizar a sociedade, promover a educação sobre os direitos humanos e outros modos que possam conscientizar homens e mulheres sobre essa problemática.

Quando o público for composto por crianças, o profissional de Serviço Social poderá utilizar campanhas especializadas para prevenir a violência, levantando questões que se referem às relações de gênero, contribuindo na desconstrução de uma educação machista e no alcance da igualdade de gênero. Já com os adolescentes, nos trabalhos sobre a educação sexual, é importante que sejam incorporadas noções de diferenças e igualdades entre gêneros, possibilitando a superação de tabus e preconceitos.

Não devemos esquecer que a educação recebida dentro de casa (socialização primária) é indispensável para a construção do papel de gênero do indivíduo. Portanto, a conscientização, a desconstrução das regras postas pela sociedade do que é ser homem ou mulher, vai depender basicamente da educação que recebemos de nossos pais, da educação que daremos para nossos filhos. Colocarmos como princípio à igualdade entre os sexos, sem discriminação de gêneros, é um caminho para prevenção da violência de gênero.

✱Mesmo que as vítimas da violência doméstica na sua maioria sejam mulheres, não devemos esquecer que o agressor também necessita de acompanhamento, precisa ser inserido num programa que possa trabalhar com suas dificuldades, com seus medos, com sua postura, deve

trabalhar para desconstruir aquilo que ele tinha como certo, como papel de homem, ou seja, além ter um acompanhamento do social, também deve ter um acompanhamento psicológico para adquirir uma nova postura existencial.

De acordo com Lisboa (2003),

Nós mulheres somos as educadoras dos futuros homens da nossa sociedade e também como namoradas, esposas e companheiras podemos desconstruir os estereótipos machistas incutidos nas mentes dos homens. Saibamos educar nossos filhos sem preconceitos de gênero, que lhes seja permitido desenvolver sensibilidade, que eles possam chorar quando sentirem vontade, terem o prazer de colher uma flor, segurar uma boneca... que saibam dividir papéis no espaço doméstico, respeitar as mulheres como pessoas e não como objeto sexual, que sejam companheiros compreensivos, que estejam lado a lado com as mulheres lutando pela igualdade de direitos e de oportunidades, mas ao mesmo tempo respeitando as suas diferenças.

É essencial esclarecer que a violência doméstica, quando não é denunciada, protege o agressor e não a vítima. Devemos usar nossos conhecimentos acadêmicos para mobilizar e orientar a sociedade frente à violência contra a mulher.

É muito importante que as pesquisas realizadas sobre esta temática saiam do campo universitário, não fiquem restrita nos seminários, nos congressos que são oferecidos a outros acadêmicos, a outros pesquisadores. Devemos tentar atingir principalmente as vítimas de violência doméstica, posto que são elas que não têm na maioria das vezes acesso a essas informações.

Uma outra proposta que podemos apontar, na prevenção da violência doméstica, para o Serviço Social é a capacitação de mais profissionais para atender de forma adequada as vítimas que procuram ajuda, pois, quando são bem acolhidas, sentem-se seguras para falar sobre seus sofrimentos e talvez se sintam motivadas para fazer a denúncia. Conscientizar as pessoas que a violência doméstica contra a mulher deve ser denunciada e que é preciso prevenir essa questão social é certamente um grande desafio.

O Serviço Social ainda pode aproveitar os vários espaços sócio-educativos, institucionais e comunitários, para discussão e esclarecimentos sobre os direitos da mulher e a questão da violência entre os gêneros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADÃO, Ana Paula Barcelos. **A importância da rede de relações para a recuperação da saúde do paciente internado na clínica cirúrgica – unidade 5º B**. Florianópolis: UFSC, Departamento de Serviço Social, 2000 (Trabalho de Conclusão de Curso).
- ARDQAILLON, Danielle e HERBERT, Guita Grin. **Quando a vítima é mulher: análise de julgamento de crimes de estupro, espancamento e homicídio**. Brasília/DF: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Ministério da Justiça, 1987.
- AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.
- BARROS, Nívea Valença. **Mulher e violência: desvelando a naturalização da violência simbólica no contexto familiar**. Texto e Contexto. V.8, n. 2, p. 266 – 269, maio – agos. 1999.
- BOWLING, A . **La Medida de las redes y el apoyo social**, 1994
- BRASIL, Fórum Nacional de organismos governamentais de direitos da mulher. **Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento**. Uma abordagem básica. Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, Brasília, 1995.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional integral à saúde da mulher**. Brasília, 2004.
- CADERNOS THEMIS GENERO E VIOLÊNCIA. **Convenção Interamericana para Prevenir, punir e erradicar a Violência contra a Mulher**. Porto Alegre/RS: Sulina, 2004.
- CAMARGO, Márcia e AQUINO, Silvia. Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Programa de Prevenção, Assistência e Combate a Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: **Diálogos sobre violência doméstica e de Gênero: Construindo políticas públicas**. Brasília: A Secretaria, 2003.
- DELMANTO, Celso, DELMANTO, Roberto e DELMANTO, Roberto Junior. **Código Penal Comentado**. 4 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- CASA DE CULTURA DA MULHER NEGRA. **Violência Contra a Mulher: um novo olhar**. Modelos e protocolos e capacitação sobre violência domestica para os serviços de saúde e Anais do seminário Nacional “Saúde, Mulher e violência intrafamiliar”. São Paulo: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2002.
- CARDOSO, Nara Maria Batista. Psicologia e Relações de Gênero: A socialização do gênero feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres. In: ZANELLA, Andréa, et al. (orgs). **Psicologia e práticas sociais**. 19 ed. Porto Alegre: Abrasposul, 1997.

COMUNIDADE BAHÁ'Í DO BRASIL. **Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica**. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Brasília/DF: Ministério da Justiça/MJ, 2002.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CREES 12º REGIÃO. **Caderno de Texto: Violência contra a Mulher**. Florianópolis, 2003.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CREES 12º REGIÃO. **Folder: Basta de Violência Contra a Mulher**, Florianópolis, 2004.

DECLARACAO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

ROMERO, Elaine (org). **Corpo, mulher e sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FARIA, M. e NOBRE, M. **Gênero e Desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997. p. 09 – 33 (Coleção Cadernos Sempreviva).

FELIPE, Sônia T. e PHILIPPI, Jeanine N. **O corpo violentado: Estupro e atentado violento ao pudor**. Florianópolis: UFSC, 1998.

FILHO, Nylson Paim de Abreu. (org.). **Constituição Federal: promulgada em 05 de outubro de 1988**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2001.

GROSSI, Miriam Pillar. e TEXEIRA, Analba Brazão. **Histórias para contar: retrato da violência física e sexual contra o sexo feminino na Cidade do Natal**. Florianópolis: NIGS, 2000.

HEIBORN, Maria Luíza. Cidadania e violência. ALVITO, Marcos. (org). **Violência e Mulher**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 2000.

IAMAMOTO, Marilda. **A prática como trabalho e a inserção do Assistente Social em processo de trabalho**. São Paulo, 1998.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

KNABBEN, Júlia de Macedo. **Mulher Vítima de Violência: atendida pela 6ª Delegacia de Polícia da Capital-SC**. Florianópolis: UFSC, Departamento de Serviço Social, 1992 (Trabalho de Conclusão de Curso).

LANGLEY, Roger, LEVY, Richard. C. **Mulheres espancadas: fenômeno invisível**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

LISBOA, Tereza Kleba. **Gênero e Relações de Poder**. CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CREES 12º REGIÃO. **Caderno de Texto: Violência contra a Mulher**. Florianópolis, 2003.

LUZ, Leila Gonçalves Mandel (org). **O Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1982.

MARQUES, João Benedito de Azevedo. **Democracia, violência e direitos humanos**. 4ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

MATTOS, Selma Beatriz Laus da Silva, Júlia de Macedo. **Mulher, Vítima de Violência**: atendida pela 6ª Delegacia de Polícia da Capital-SC. Florianópolis: UFSC, Departamento de Serviço Social, 1992 (Trabalho de Conclusão de Curso).

SAFFIOTI, Heleieth. **A Discriminação de Gênero e as Diversas Formas de Violência contra a Mulher**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 09 – 41. (Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência).

SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Loudes (orgs). **Violência de Gênero e Crime no Distrito Federal**. Et alii. – Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

POPULATION REPORTS. **Como acabar com a violência contra as mulheres**. Volume XXVII, Nº 4, USA, dezembro de 1999.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO, ASSISTÊNCIA E COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. Plano Nacional, 2003.

SALVATTI, Ideli. **Direitos da Mulher**. Brasília/DF:2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, n. 20, v. 2, p. 71 – 99, jul – dez, 1995.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES. Programa de Prevenção, Assistência e Combate a Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: **Diálogos sobre violência doméstica e de Gênero: Construindo políticas públicas**. Brasília: A Secretaria, 2003.

SALES, Mione Apolinário. **A família como Ela É: do reconhecimento de novas necessidades a construção de políticas pública**. In: Anais do IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Caderno de Comunicação. Goiana: 1998. p. 188-192.

ROMERO, Elaine. **Corpo, mulher e sociedade**. São Paulo: Papirus, 1995.

SOUZA, Patrícia Alves de. **Os possíveis motivos do adiantamento da denúncia de mulheres vítimas de violência conjugal** - Estudo em Grupo de Mulheres atendidas no CEVIC – Florianópolis, 2002. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Saúde, Pós-Graduação em Saúde Pública.

TELES, Maria Amélia e MELO, Mônica de. **O que é Violência contra a Mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ANEXOS



DATA:	ENTREVISTADOR:
ESTAGIÁRIO RESPONSÁVEL:	
ENCAMINHADO POR:	

DADOS PESSOAIS

NOME:			
IDADE:	DATA NASC.	RELIGIÃO:	SEXO <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F
NATURALIDADE:			
ETNIA	<input type="checkbox"/> BRANCA	<input type="checkbox"/> NEGRA	<input type="checkbox"/> AMARELA <input type="checkbox"/> INDÍGENA <input type="checkbox"/> MESTIÇO <input type="checkbox"/> OUTRA
ESTADO CIVIL:		TEMPO DE UNIÃO:	
GRAU DE ESCOLARIDADE:			
<input type="checkbox"/> SEM INSTRUÇÃO	<input type="checkbox"/> PRIMÁRIO	<input type="checkbox"/> 1º GRAU	<input type="checkbox"/> 2º GRAU <input type="checkbox"/> 3º GRAU <input type="checkbox"/> INCOMPLETO
PROFISSÃO:			
RENDA MENSAL TOTAL EM SALÁRIO MÍNIMO	<input type="checkbox"/> 1 A 3	<input type="checkbox"/> 3 A 6	<input type="checkbox"/> 6 A 9 <input type="checkbox"/> + DE 9
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	CIDADE:	FONE:	
PONTO DE REFERÊNCIA:			

SITUAÇÃO SÓCIO-FAMILIAR

CÔNJUGE: _____	IDADE: _____
PROFISSÃO: _____	
IDADE DOS FILHOS: _____	

ENCAMINHADO POR:

MOTIVO DA PROCURA

QUEIXA: _____	
LOCAL DA OCORRÊNCIA _____	
ESTADO FÍSICO QUANDO DO FATO: DA VÍTIMA: _____	
ESTADO FÍSICO QUANDO DO FATO: DO AGRESSOR: _____	
PERÍODO: () MANHÃ () TARDE () NOITE	DATA FATO: ____/____/____ DATA BO: ____/____/____
Nº DO BO: _____	ORIGEM: _____
NOME DO AGRESSOR: _____	PARENTESCO: _____

FATORES VITIMÓGENOS

POSSUI ALGUMA DEFICIÊNCIA FÍSICA?	() NÃO	() SIM
POSSUI ALGUMA DOENÇA?	() NÃO	() SIM
JÁ FOI VÍTIMA DE OUTROS CRIMES?	() NÃO	() SIM
UTILIZA OU JÁ UTILIZOU ALGUMA DROGA?	() NÃO	() SIM
TIPOLOGIA VITIMÁRIA: _____		
OBS.: _____		

INQUÉRITO SOCIAL

CONVIVIO FAMILIAR

1. Como era o relacionamento no início?

Que idade tinham? Ele _____ Ela _____

() ótimo () bom () ruim () péssimo

Comentário: _____

2. Como era o relacionamento no:

namoro: _____

noivado: _____

casamento: _____

3. Atualmente como é seu relacionamento conjugal?

() ótimo () bom () ruim () péssimo

Comentário: _____

4. Início da primeira agressão _____

5. Motivos que levaram seu companheiro(a) à agressão? _____

6. Já denunciou alguma vez? () SIM () NÃO () QUANTAS VEZES

Onde? _____ Qual? _____

7. Após a denuncia percebeu alterações no comportamento dele(a)?

8. O casal tem filhos? _____ Quantos? _____

Têm enteados? _____

9. Como é a relação de seu companheiro(a) com os filhos ou com os enteados?

() ótima () boa () ruim () péssima

Comentário: _____

10. Como é seu companheiro (a) em relação à comunicação?

11. Utiliza métodos anticoncepcionais? Quais? Desde quando?

12. Com que frequência você utiliza o atendimento nos postos de saúde?

13. Você já deixou de trabalhar? Por que?

14. Deixou de sair de casa devido alguma agressão ou por que seu companheiro (a) não permitiu?

15. Como é o relacionamento dele (a) com a sua família?

() ótimo () bom () ruim () péssimo

16. Como é seu relacionamento com a família dele (a)?

() ótimo () bom () ruim () péssimo

17. Em caso de conflito familiar, ou separação, com quem você pode contar?

18. Tem círculo de amizades? Como é este círculo?

19. Como você se diverte? Qual o seu(s) lazer(es) preferido(s)?

20. Como é o lazer dos seus filhos?

21. Qual a renda familiar?

22. A sua residência se encaixa em qual categoria?

() cedida () alugada () própria (já quitada) () financiada () outra.....

os documentos estão em seu nome? () sim () não () não tem documento.

23. Sobre o terreno: () em ocupação () próprio () partilhado () cedido

24. O que dificulta você de sair da situação da violência?

25. O que você busca no CEVIC?



Estado de Santa Catarina
CEVIC – Centro de Atendimento às Vítimas de Crimes
Rua Trajano nº168, 5º andar / Centro – Florianópolis
Fone: 224-6462/224-7164

Florianópolis, _____

Sra(a): _____

Vimos através deste solicitar seu comparecimento ao CEVIC – Centro de Atendimento à Vítima de Crime (Setor _____) no dia ____ de ____ de 2003, _____ feira, às _____ horas, localizado na rua Trajano, 168, 5º andar, Centro, para tratar de assunto de seu interesse.

Atenciosamente,



Estado de Santa Catarina
CEVIC – Centro de Atendimento às Vítimas de Crimes
Rua Trajano nº168, 5º andar / Centro – Florianópolis
Fone: 224-6462/224-7164

ENCAMINHAMENTO

De: _____

Para: _____

Encaminhamos o (a) Sr. (a) _____

A fim de que seja estudada a possibilidade de atendimento acerca de:

Florianópolis, ____/____/____.

Atenciosamente,



Estado de Santa Catarina
CEVIC – Centro de Atendimento às Vítimas de Crimes
Rua Trajano nº168, 5º andar / Centro – Florianópolis
Fone: 224-6462/224-7164

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que _____,
compareceu neste serviço para atendimento _____, no dia
____/____/____ das ____ às ____ horas.

Atenciosamente,



Estado de Santa Catarina
CEVIC – Centro de Atendimento às Vítimas de Crimes
Rua Trajano nº168, 5º andar / Centro – Florianópolis
Fone: 224-6462/224-7164

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu _____ portadora da
identidade _____ declaro que estou ciente e de acordo
com o tratamento psicológico do menor _____.

Ass.: _____



Estado de Santa Catarina
CEVIC – Centro de Atendimento às Vítimas de Crimes
Rua Trajano nº168, 5º andar / Centro – Florianópolis
Fone: 224-6462/224-7164

TERMO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____,

parte interessada na Ação nº _____, em trâmite na _____ Vara

_____ da Comarca de _____, declaro não ter
mais interesse no prosseguimento da presente demanda, motivo pelo qual
requero a sua desistência. Declaro, também estar ciente de que não poderei
mais usar os serviços jurídicos para a causa de mesma natureza.

_____, _____ de _____.

R.G. nº _____